

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS – FADIR

Ana Elisa Rola Rodrigues

**As relações entre Cuba e Estados Unidos da América no governo Trump: uma
nova Guerra Fria?**

DOURADOS

Junho de 2022

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS – FADIR

Ana Elisa Rola Rodrigues

**As relações entre Cuba e Estados Unidos da América no governo Trump: uma
nova Guerra Fria?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Marcos Antônio da Silva.

DOURADOS

Junho de 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

R696r Rodrigues, Ana Elisa Rola

AS RELAÇÕES ENTRE CUBA E ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: UMA NOVA
GUERRA FRIA? [recurso eletrônico] / Ana Elisa Rola Rodrigues. -- 2022.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Marcos Antonio da Silva.

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2022.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. relações diplomáticas. 2. independência. 3. retrocesso. I. Silva, Marcos Antonio Da. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 14 de julho de 2022, compareceu para defesa pública on-line do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **Ana Elisa Rola Rodrigues** tendo como título “**AS RELAÇÕES ENTRE CUBA E ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: UMA NOVA GUERRA FRIA?**”.

Constituíram a Banca Examinadora os professores **Dr. Marcos Antonio da Silva** (orientador), **Dr. Hermes Moreira Junior** (examinador), **Dr.ª Déborah Silva do Monte** (examinadora).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado APROVADO .

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: _____

Assinaturas:

Dr. Marcos Antonio da Silva

Orientador

Dr. Hermes Moreira Junior

Examinador

Dr.ª Déborah Silva do Monte

Examinadora

EPÍGRAFE

"Ser internacionalista es saldar nuestra propia deuda con la humanidad. Quien no sea capaz de luchar por otros, no será nunca suficientemente capaz de luchar por sí mismo." Fidel Castro

RESUMO

Este trabalho analisa as relações entre Cuba e Estados Unidos da América durante o governo de Donald Trump. Para tanto, discute a retomada histórica das relações tanto diplomáticas, quanto econômicas entre os dois países, tratando desde o momento do “apoio norte-americano” até os dias atuais. O trabalho analisa o período através das lentes teóricas do jogo de poderes do sistema internacional, de modo que trata do retrocesso das relações entre ambos os países a partir da administração de Donald Trump, iniciada em 2016, demonstrando que o sistema de democracia que constitui a política dos EUA é o principal obstáculo para a normalização efetiva das relações entre Cuba e Estados Unidos da América (EUA). No primeiro capítulo observamos as relações de Cuba e EUA até o período da Guerra Fria. Já no segundo capítulo analisamos a Era Obama e as novas relações com Cuba e por fim, no terceiro capítulo, analisamos Cuba e EUA durante o governo Trump.

PALAVRAS-CHAVE: Relações diplomáticas; Independência; Retrocesso.

ABSTRACT

This work analyzes the relations between Cuba and the United States of America during the Donald Trump administration. In order to do so, it discusses the historical resumption of both diplomatic and economic relations between the two countries, dealing from the moment of “American support” to the present day. The work analyzes the period through the theoretical lens of the power game of the international system, so that it deals with the retrogression of relations between both countries from the Donald Trump administration, which began in 2016, demonstrating that the system of democracy that constitutes the US policy is the main obstacle to the effective normalization of relations between Cuba and the United States of America (USA). In the first chapter we look at the relations between Cuba and the USA until the period of the Cold War. In the second chapter we analyze the Obama Era and the new relations with Cuba and finally, in the third chapter, we analyze Cuba and the USA during the Trump administration.

KEYWORDS: Diplomatic relations; Independency; Regression.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Processo de Tomada de Decisão em Cuba	20
Figura 2 – Esquema: Motivações dos EUA para retomar laços com Cuba	28
Figura 3 – Esquema: Motivações de Cuba para retomar laços com EUA	29
Figura 4 – Tweet de Donald Trump.	38
Tabela 1 – Relação de medidas de Trump contra Cuba	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIS	– American International Services
ALBA-TCP	– Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos
BBC	– British Broadcasting Corporation
DI	– Direção de Inteligência
ELN	– Exército de Libertação Nacional da Colômbia
EUA	– Estados Unidos da América
FAR	– Forças Armadas Revolucionárias
FARC	– Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FMI	– Fundo Monetário Internacional
FSIA	– Lei das Imunidades dos Serviços Estrangeiros
IHEAL	– Instituto de Estudos Superiores da América Latina
MININT	– Ministério do Interior
MINREX	– Ministério das Relações Exteriores Cubano
OEA	– Organização dos Estados Americanos
ONU	– Organização das Nações Unidas
PRC	– Partido Revolucionário Cubano
SELA	– Sistema Econômico Latino-americano
URSS	– União das Repúblicas Socialistas Soviética

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I – MERGULHO NA HISTÓRIA: As relações de Cuba e Estados Unidos da América	12
1.1 - Cuba e Estados Unidos da América desde a época de dependência até a Revolução Cubana.	12
1.2 - A relação dos dois países durante a Revolução: período da Guerra Fria e seus conflitos	17
CAPÍTULO II – A ERA OBAMA: Um mergulho na política externa de Obama para Cuba, destrinchando relações.....	27
2.1 - A retomada de laços diplomáticos e de relacionamento entre Cuba e EUA dentro da lógica do bloqueio	28
2.2 - Análise sobre os feitos e esforços de cada país para a retomada de laços entre Cuba e EUA	33
CAPÍTULO III – CUBA E EUA NO GOVERNO TRUMP: As principais medidas da administração Trump, deterioração das relações entre Cuba e EUA	41
3.1 - As principais medidas do governo Trump	41
3.2 - Os impactos da Lei Helms-Burton	48
3.3 - O final do mandato Trump: a inclusão de Cuba na lista de países “patrocinadores” do terrorismo	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60

INTRODUÇÃO

Sou a América Latina. Um povo sem pernas, mas que caminha. Ouça! Você não pode comprar o vento, você não pode comprar o sol. Você não pode comprar chuva, você não pode comprar o calor. Você não pode comprar as nuvens, você não pode comprar as cores. Você não pode comprar minha alegria, você não pode comprar as minhas dores. (CALLE 13, 2020).

As relações entre Cuba e os Estados Unidos da América são importantes porque Cuba é um país com uma história única dentro da América Latina e do mundo todo. É um dos países mais desafiadores da lógica colonizadora e também insurgente em relação ao imperialismo, ao capitalismo e às relações de tutela impostas pelos Estados Unidos da América.

Nesse sentido, vale observar que Cuba foi o único país da América Latina que conseguiu consolidar, depois de uma revolução nacionalista, um regime socialista, que a libertou das amarras imperialistas que impactavam todos os países colonizados, de maneira estrutural. A Revolução Cubana ocorrida entre 1953 e 1959 foi uma construção coletiva encabeçada por Ernesto Guevara e Fidel Castro. Uma das maiores ações de destaque foi o assalto do Quartel de Moncada, liderado por Che Guevara e Fidel Castro contra o ditador cubano Fulgêncio Batista, o assalto foi a semente da rebeldia plantada pelos dois revolucionários que eram organizados em grupos de resistência.

Em razão disto o país entrou em conflito com a maior potência capitalista do mundo, os Estados Unidos da América. Cuba sofreu, desde então, um embargo econômico radicalmente exclusivo que custou muito para o desenvolvimento do país naquele momento inicial. O bloqueio estadunidense foi instaurado na década de 60 e desde então vem sendo aprimorado ao longo dos anos e dos governos, através de inúmeras legislações que, para muitos, reforçam a natureza de um bloqueio que afeta os princípios de soberania e autodeterminação de Cuba enquanto país.

Além disso, este trabalho se justifica porque é importante estudar Cuba, considerando que existe um grande abismo acadêmico sobre o país, poucas produções sérias são feitas e a mídia reproduz muitas notícias com viés imperialista, não analisando a realidade do Estado e do povo cubano imparcialmente. Dentro do estudo das relações internacionais objetivamente, esta relação entre os dois países é muito interessante para servir como objeto de estudo e testar a aplicabilidade das diversas teorias das relações internacionais, em especial a do realismo neoclássico.

A teoria do realismo neoclássico é uma combinação das teorias do realismo com o neorealismo (principalmente o realismo defensivo). Esta teoria sustenta que as ações de um Estado no sistema internacional podem ser explicadas por variáveis sistêmicas (como distribuição de recursos e poder entre outros Estado) quanto também pode ser explicadas por variáveis cognitivas (a percepção equivocada de pressões sistêmicas, as intenções e ameaças de outros Estados) e também variáveis domésticas (as instituições do Estado, as elites, os partidos, os atores sociais dentro da sociedade). Segundo um dos maiores expoentes do realismo neoclássico, Gideon Rose (1998, p. 152-154), para explicar política externa é que surge essa vertente teórica.

Considerando a importância de analisar política externa neste trabalho, proponho-me a analisar o período estudado através dos conceitos consolidados pelos teóricos neorealistas, entre eles Gideon Rose e Tsebelis.

A relação entre Cuba e EUA é um perfeito caso para se aplicar a teoria neorealista. Cuba antes de sua revolução era subjugada ao colonialismo espanhol, os EUA vendo uma oportunidade econômica e de poder militar geográfico apoiou a independência cubana. A Emenda Platt, parte da Carta Constitucional de Cuba deixa claro os reais interesses dos EUA para com a ilha, Cuba então se livra do colonialismo passando a servir o imperialismo norte-americano. Uma das áreas de estudo da teoria marxista é a descolonização, assim como se sucedera em Cuba, mesmo que de forma falsa.

O processo de independência cubana pode ser visto como um dos resultados produzidos pela balança de poder bipolar imperfeita, vinda da disputa entre URSS e EUA pela hegemonia mundial, isso, é claro, na teoria realista. Em detrimento a esta teoria temos os conceitos da teoria marxista que relativizam o Estado como o ator principal dos debates e critica a questão da guerra, por razão da cooperação e interdependência. O clímax dos conflitos pode destrinchar-se de duas maneiras: guerra ou revolução. A ênfase da teoria marxista é dada na filosofia política de Marx e Lênin. É estudado o capitalismo como global dentro de uma visão histórica para analisar processos. O foco dos estudos é nos mecanismos de dominação, que são as

organizações internacionais. No caso de Cuba as Organizações Internacionais são instrumentos altamente influenciados e de domínio dos EUA.

O conflito entre EUA e Cuba deve ser tratado como parte da história mundial, principalmente após a Crise dos Mísseis. A história mundial é a história da luta de classes, e para vencer a luta de classes em alguma medida é necessário fazer o que os revolucionários cubanos fizeram: conhecer suas origens e consequência no sistema capitalista global.

As relações entre os dois países adquiriu uma relevância global representado, em suma, pelo bloqueio estadunidense a Cuba, que persiste até os dias atuais, o bloqueio é o grande símbolo do imperialismo norte-americano, que é um Estado servindo como mecanismos de dominação de algumas elites (ou classes) que se beneficiam deste sistema exploratório.

O objetivo deste trabalho de conclusão de curso é analisar a trajetória das relações diplomáticas e econômicas de Cuba e EUA e fazer um balanço destas relações na administração Trump, discutindo as ações e consequências da administração de Trump na relação dos dois países.

Este trabalho está organizado em três capítulos, divididos por seções. O primeiro capítulo analisa a dinâmica anterior à Revolução Cubana, ou seja, a época da dependência com os Estados Unidos da América até os anos 90 e as mudanças na relação cubano-americana. Durante a primeira seção deste capítulo analiso do marco temporal da época da dependência até o pós-Revolução cubana, na segunda seção analiso a relação dos dois países durante a Revolução no contexto da Guerra Fria e dos conflitos e na terceira seção analiso os, mais recentes, anos 90. O segundo capítulo discute as relações entre Cuba e EUA na Era Obama, analisando a aproximação dos dois países e a retomada das relações diplomáticas, procura entender também as limitações e expectativas de ambos os países para o futuro. E finalmente, o terceiro capítulo faz uma retomada dos primeiro dois capítulos e conclui o artigo com a análise da Era Trump, suas ações e os impactos para as relações de ambos os países.

CAPÍTULO I – MERGULHO NA HISTÓRIA: As relações de Cuba e Estados Unidos da América

Este capítulo fará um mergulho histórico nas relações de Cuba e Estados Unidos da América (EUA), retomando o período colonial de Cuba, analisando a independência de Cuba, a Carta Constitucional que contém a Emenda Platt norte-americana e os interesses dos mesmos compreendidos nela. Analisará então o fato histórico do que começou com uma luta por libertação e anticolonial, tornou-se conquistas coloniais e semicoloniais dos EUA. Este capítulo finaliza analisando o período da Revolução Cubana e da Guerra Fria, que quebra de vez com a situação até então ocupada por Cuba. Em seguida discute também as relações entre Cuba e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a codependência da ilha com a superpotência e as ações norte-americanas como resultado destas relações entre a URSS e a ilha socialista.

1.1 - Cuba e Estados Unidos da América desde a época de dependência até a Revolução Cubana.

Neste capítulo falaremos sobre o período durante o processo histórico de dependência da ilha até a Revolução Cubana e as relações com os EUA. O processo de independência cubano é muito importante até para a história dos povos hispânicos. Em 1898, os Estados Unidos da América emergiram como uma grande potência, alcançando uma hegemonia que era unipolar. Este ano de 1898 não representou apenas a vitória unipolar dos EUA, mas também a derrota da colonização espanhola. Durante o século XIX, Cuba foi a última colônia a se libertar do domínio espanhol na América Latina, em 1898, este processo durou 30 anos e teve duas guerras de independência. A independência cubana teve um impacto muito negativo porque era considerada como uma fraqueza militar e uma grande mancha na honra espanhola, como pode-se entender a partir da citação de Capelato, a seguir:

A derrota na guerra de Cuba foi responsável por uma crise de identidade que se integrou numa crise mais ampla, de âmbito europeu, caracterizada por reações contra a modernidade e a modernização. A revisão de valores que se manifestou na sociedade europeia foi produzida por importantes mudanças econômicas e sociais relacionadas ao processo de industrialização, de urbanização acelerada e emergência de conflitos entre burguesia e operariado. Nesse contexto de amplas mudanças, no qual a Espanha se inseria ainda que de forma moderada, a nação ibérica se viu atingida pela guerra de Independência de Cuba. As repercussões da derrota não podem deixar de ser levadas em conta para se compreender os problemas que preocuparam os intelectuais espanhóis nesse final do século. (CAPELATO, 2003, p. 37)

A independência foi um processo longo e duro, mas foi uma conquista para os cubanos, inclusive relacionado a suas identidades nacionais e reconhecimento de si mesmos. Afinal, a população se viu livre da colonização espanhola e o país deu entrada no processo de conquista de sua soberania.

Cuba e sua revolução socialista tem profunda inspiração no processo independentista. Na vida de José Martí o condutor de todos seus ideais era o independentismo¹, a independência em sua essência para os Estados era necessária na opinião do revolucionário. A guerra por independência para Martí era a tal “guerra necessária”, para ele a independência era o passo inicial para as mudanças estruturais que a ilha precisava, mas não o final e único. Martí afirmava que a guerra de independência cubana era para o bem do povo cubano e do mundo todo. Martí compreendeu além da guerra, que com os EUA em plena expansão territorial e econômica (portanto também políticas, considerando suas zonas de influências) era necessário que a hispano-america se unisse e em unidade derrotasse o tigre de afuera, sendo este tigre os EUA. Isso culminava na liberdade para Porto Rico e outros territórios que dependiam dos EUA, as chamadas “zonas de influência”.

É por isso que é importante falar um pouco de como se deu a Independência Cubana. A dependência dos Estados Unidos só crescia e ela teria consequência direta na segunda guerra de Independência. Na formulação de estratégias e nas primeiras iniciativas o esforço era cubano, mas a interferência dos Estados Unidos foi decisiva para o resultado do conflito. Num momento em que as forças independentes e nacionalistas estão para ganhar o conflito, os EUA resolveram adentrá-lo, o que desencadeou a intervenção no conflito foi o afundamento do navio de guerra Maine, numa explosão que matou 260 marinheiros. O barco estava ancorado no porto de Havana e havia sido enviado pelo então presidente dos EUA, McKinley, como uma medida de precaução ante o acirramento dos conflitos entre cubanos e espanhóis. Partindo do princípio de ingerência dos EUA, mais tarde, em 12 de agosto de 1898, a Espanha assina um armistício com os Estados Unidos e em 10 de dezembro do mesmo ano um tratado de paz em Paris, em que reconhece a independência de Cuba, transfere também a posse de Porto Rico e Guam para os EUA e o controle das Filipinas em troca de vinte milhões de dólares. Este é o processo que os espanhóis denominam “Derrota” já mencionado anteriormente.

¹ A esse respeito são bastante pertinentes as observações apontadas pelo historiador cubano Pedro Pablo Rodríguez em seus estudos sobre as idéias políticas de José Martí (Pablo Rodríguez, 1972).

É importante observar que mesmo tendo como principal agenda a libertação de Cuba, os EUA proibem a participação de lideranças cubanas no processo. O país então passa a ser ocupado por tropas norte-americanas e se estabelece um governo provisório, em posse de um general dos EUA que se mantém no poder até 20 de maio de 1902, quando Tomás Estrada Palma - o primeiro presidente eleito do país - toma posse. As tropas norte-americanas abandonaram o país no ano de 1903, mas não antes de estabelecer a Emenda Platt em 12 de junho de 1902, que regula as relações bilaterais entre ambos os países. A Emenda Platt foi um dispositivo legal inserido na Carta Constitucional de Cuba, ela basicamente autorizava os EUA a intervir no país em qualquer momento que os interesses bilaterais estivessem ameaçados e tornava Cuba um protetorado dos EUA.

A Emenda Platt representou, na prática, um dispositivo de direito constitucional de grande ingerência na soberania do país recém-independente e nos demais assuntos cubanos, como a política externa de Cuba, que foi fortemente restringida pelos norte-americanos.

Sobre a Emenda Platt, a mesma continha sete condições²: a primeira estabelecia que Cuba nunca deveria celebrar um tratado ou outro pacto com qualquer potência estrangeira que possa prejudicar a independência de Cuba e nem de forma alguma permitir que qualquer potência internacional ou poderes estrangeiros obtenham por colonização alojamento ou qualquer tipo de controle sob a ilha. A segunda condição dizia respeito ao governo, este por sua vez não poderia assumir ou contrair qualquer dívida pública, basicamente. A terceira das condições determinava que o governo de Cuba consinta que os EUA exerçam o direito de intervir na ilha para a “preservação da independência cubana” e pela “manutenção de um governo que seja adequado à proteção da vida, da propriedade e da liberdade individual”, valores esses de extrema importância para os estadunidenses.

² Seus principais dispositivos determinavam que: I Cuba não poderia celebrar qualquer Tratado ou pacto com qualquer potência estrangeira que possa prejudicar a independência de Cuba, II que o governo não assumirá qualquer dívida pública por qualquer razão, III que o governo de Cuba consinta que os EUA possam intervir pela “preservação” da independência cubana, IV que todo os Atos dos EUA em Cuba durante a ocupação militar sejam validados, V que o governo de Cuba executará os planos já formulados para o saneamentos das cidades da ilha, assegurando proteção ao povo cubano e ao comércio dos porto do sul dos EUA e às pessoas que ali residem, VI que a ilha de Pines seja omitida dos limites constitucionais propostos para Cuba, deixando o título para futuro ajuste por meio de tratado, VII o governo de Cuba arrendará ou venderá aos EUA as terras necessárias para carvão ou para estações navais em pontos que serão acordados pelo presidente dos EUA, VIII que a título de garantia o governo cubano incorporará as disposições anteriores em um tratado que seja permanente com os EUA.

José Martí morreu antes da ilha ser independente, mas certamente seria da mesma opinião que outros revolucionários: a ingerência norte-americana na independência de Cuba frustrou as expectativas nacionalistas de liberdade e soberania que existiam nos corações dos cubanos. A desilusão com a independência seria então fundamental para que os cubanos desenvolvessem um forte sentimento e consciência nacionalista. Cabe aqui, para análise, uma citação que demonstra a opinião de José Martí (1975), um revolucionário da própria independência cubana:

[Os Estados Unidos] acreditam na necessidade, no direito bárbaro, como único direito: “isto será nosso, porque dele necessitamos”. Acreditam na superioridade incontestável da “raça anglo-saxônica contra a raça latina”. Acreditam na baixaza da raça negra, que escravizaram ontem e humilham hoje, e da indígena, que exterminam. Acreditam que os povos hispano-americanos são formados, principalmente, de índios e de negros. Enquanto os Estados Unidos não saibam mais de hispano-américa e a respeitem mais... podem os Estados Unidos convidar a hispano-américa a uma união sincera e útil para hispano-américa? Convém à hispano-américa a união política e econômica com os Estados Unidos. (MARTÍ, 1975, p. 155)

Já a quarta parte trata que os atos dos EUA em Cuba durante a ocupação militar sejam todos ratificados e validados e, também, que todos os direitos legais adquiridos estejam mantidos e protegidos, assegurados pela ilha. O que mais uma vez mostra a extrema ingerência dos EUA sob a "independência" cubana. O quinto parágrafo afirma que o governo de Cuba deverá executar os planos já formulados e pactuados para o saneamento da ilha, que ajudará a acabar com doenças epidêmicas e infecciosas que podem ser prevenidas, deste modo assegurará a proteção do povo e do comércio cubano, bem como o comércio dos portos do sul dos EUA e as pessoas que neles residiam. A sexta parte se refere a Ilha de Pines, que foi omitida dos limites constitucionais propostos para Cuba, e que futuramente seria ajustada através de tratado. O sétimo parágrafo consiste em que, para permitir que os EUA mantenham a independência da ilha e a proteção de seu povo, o governo cubano permita vender ou arrendar aos EUA as terras que forem necessárias para carvão ou estações navais em determinados pontos requeridos pelo Presidente dos EUA, que naquela época correspondia a Theodore Roosevelt, assinado o tratado depois que retirou suas tropas em 1902. Logo após, em 23 de fevereiro de 1903, Cuba executou um arrendamento de terras perpétuo para os EUA a fim de usarem para uma estação naval e de carvão na Baía de Guantánamo, localizada no sul da ilha, possuindo uma área de 116 km².

Quanto aos EUA, a Revolução Cubana serviu não apenas como emancipação de uma Cuba reprodutora de satélite dos interesses dos EUA como também aconteceu durante o conflito

bipolar mundial com o país vizinho contra a União Soviética³, em uma época em que reformas de base como reforma agrária e reformas sociais diversas eram vistas como inclinação comunista.

Ayerbe (2004) comenta sobre o primeiro presidente eleito do país e como foi o processo até que isso acontecesse:

Mesmo tendo como grande tema da agenda o destino de Cuba, o governo dos Estados Unidos proíbe a participação dos líderes cubanos nas negociações. O país passa a ser ocupado por tropas norte-americanas, e se estabelece um governo provisório encabeçado pelo general John R. Brooke, que permanece no poder até 20 de maio de 1902, quando toma posse o primeiro presidente eleito do país, Tomás Estrada Palma, do Partido Revolucionário Cubano (PRC), fundado por José Martí em 1892. (AYERBE, 2004, p. 24)

Depois de Palma, vieram os seguintes nomes, que listarei a seguir: William Howard Taft até 1930, designado pelos EUA; Charles Edward Magoon, designado também pelos EUA; José Miguel Gómez do partido liberal; Mario García Menocal do partido conservador; Alfredo Zayas y Alfonso do partido popular cubano-liga nacional; Gerardo Machado do partido liberal; Alberto Herrera y Franchi, militar cubano; Carlos Manuel de Céspedes y Quesada, as sociedades revolucionárias A.B.C. Logo após este período veio a Comissão Executiva do Governo Provisório de Cuba, formado por: Ramón Grau, Guillermo Portela y Moller, José Miguel Irisarri y Gamio, Sergio Carbó y Morera, Porfirio Franca y Álvarez de la Campa. Depois deste período vieram os presidentes provisórios: Ramón Grau (regresso do seu exílio) (1933 - 1934), Carlos Hevia (15 - 18 de Janeiro de 1934), Manuel Márquez Sterling (18 de Janeiro de 1934), Carlos Mendieta (1934 -1935), José Agripino Barnet (1935 - 1936), Miguel João Victor (20 de Maio - 24 de dezembro de 1936), Federico Laredo Brú (1936 - 1940), passando por Fulgêncio Batista (1940 - 1944), seguido de Ramón Grau (1944 - 1948) e Carlos Prío Socarrás (1948 - 1952) que não completou seu mandato por ter sido derrubado por Fulgêncio Batista.

Chegado o ano de 1952, Fulgêncio Batista aplicou um golpe na frágil e recente democracia cubana. Dessa forma, o caminho para as mudanças sistemáticas socioeconômicas que eram necessárias, foi fechado, ao menos pela via da institucionalidade. Fidel Castro já era

³ A Guerra Fria foi um período de tensão entre EUA e União Soviética, o conflito tinha uma disputa ideológica muito forte entre socialismo e capitalismo. O período da Guerra Fria foi de 1947 até 1991, no processo de Revolução Cubana houve uma verdadeira histeria anticomunista ao redor do globo. Alguns livros para conhecer mais sobre o assunto são: Era dos Extremos de Eric Hobsbawm, História das relações internacionais contemporâneas: Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização de José Flavio Sombra Saraiva

candidato pelo Partido do Povo Cubano (Ortodoxo) ao cargo de deputado. Ele⁴ deu uma declaração citando a república, a constituição, as leis e a liberdade, tudo que em sua interpretação e na de demais cubanos havia sido tomado a partir do golpe de Batista. Este golpe de Estado de 1952 recebeu o apoio dos Estados Unidos, e seu favoritismo para vencer as eleições foi a principal motivação para aplicar o golpe de Estado.

Segue caracterização do regime de Batista: “O próprio Batista era um produto da revolução popular de 1933, e para muitos setores políticos de esquerda parecia ser seu continuador, embora em condições de maior ‘ordem e segurança’”. (MIREN, 2001, p. 291). Batista poderia ser considerado um populista, antes de seu retorno ao governo como um ditador, isso devido a sua origem operária e a aceitação de pessoas negras em suas fileiras.

Nesta seção, tratamos sobre as relações de Cuba e EUA durante todo o processo de dependência do país hegemônico e a independência da ilha. Podemos entender que o processo de independência cubano representa as raízes da revolução, em que os cubanos revolucionários perceberam as opressões que viviam e a ingerência dos EUA em seus assuntos domésticos e de política externa. Portanto o processo cubano de independência nacionalista pavimentou o caminho da revolução socialista.

1.2 - A relação dos dois países durante a Revolução: período da Guerra Fria e seus conflitos

A partir de uma análise sobre os tempos de Guerra Fria é possível categorizar o conflito como guerra segundo Hobbes (1651, capítulo 13): “a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar, mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida”.

A Guerra Fria dominou o cenário internacional durante o século XX e foi, sem dúvidas, um desses períodos categorizados por Hobbes. A ameaça de confronto nuclear era iminente, a Guerra Fria foi como uma bomba sempre prestes a estourar, digo isso porque as ameaças eram tensionadas, eminentes e continuaram sendo mesmo depois de anos de Guerra

⁴ Para entender a relação de Fidel com o partido é preciso saber de sua trajetória como estudante, em que Castro torna-se crítico da corrupção e da violência exercida pelo governo do Presidente Ramón Grau. Em 1947 Fidel aderiu ao Partido que foi fundado pela política Eduardo Chibás, uma figura carismática que defendia a justiça social, um governo honesto, que fornecesse liberdade política, enquanto seu partido exigia reformas e expunha a corrupção da época.

Fria, mas essas ameaças nunca se concretizaram. Apesar deste confronto nuclear ser uma possibilidade, não existia a perspectiva de um perigo iminente de guerra mundial. Os países do sistema internacional estavam divididos sob influência ou da URSS ou dos EUA, nos locais onde o Exército Vermelho havia passado e ocupado, a influência era nitidamente da URSS, já no resto do hemisfério norte e sul nos países capitalistas a influência era norte-americana.

É a partir da Guerra Fria que URSS e EUA começam a competir pelas áreas que antes eram colônias do velho mundo, pré Segunda Guerra Mundial. Competiram pela futura orientação dos Estados que se tornariam, em pouco tempo, pós-coloniais e por apoio e influência dentro dessas áreas que se tornariam países, diante da Guerra Fria. Ser um país hegemônico é exercer influência a todos os demais países e dominar a ordem anárquica do sistema internacional, esta ordem pressupõe que não existem países soberanos ou universais no mundo, isto é, o sonho de qualquer país que se propõe a ser uma superpotência.

É possível considerar, portanto, que a Guerra Fria aprofunda conflitos pré-existentes entre Cuba, que possuía relações com a URSS, e EUA. É emblemático o reconhecimento deste fato por diversos autores⁵ que utilizam o conceito “Cuba e a eterna guerra fria”.

Segundo (HALLIDAY, 1999) o confronto da Guerra Fria pode ser categorizado como intersistêmico ⁶, este conceito por sua vez explica o encontro entre conflito interestatal e intersocial. De um lado do confronto existe os Estados Unidos da América, um país que se baseia no capitalismo como modelo econômico e tem como pilar as liberdades individuais (dando-se ênfase à proteção do patrimônio privado); do outro lado por sua vez existe a União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas, um Estado com ideais socialistas localizado na Eurásia que tem como pilar de sociedade o materialismo histórico dialético.

A doutrina Truman foi a primeira formulação universalista que os EUA demonstraram durante os tempos de guerra fria, está doutrina foi concebida às pressas em 1947. A doutrina Truman foi uma política externa implantada durante o governo Truman, ela era direcionada ao bloco de países capitalista. Essa política tinha o objetivo de impedir a expansão do socialismo pelo globo e se preocupava especialmente com nações capitalistas que eram consideradas

⁵ Autores como Emir Sader “Cuba e a eterna guerra fria” (2003) e Jorge Dominguez (2001) com artigo de mesmo título utilizam deste conceito.

⁶ Segundo Halliday a noção de conflito intersistêmico se refere a um conflito específico das relações interestatais, no qual as formas convencionais de rivalidade - militar, política, e econômica - são legitimadas por divergências de normas políticas e sociais (HALLIDAY, 1999, P.186).

frágeis; tinha então o propósito de barrar os avanços da URSS, principalmente nos países abalados pela Segunda Guerra Mundial. Para Truman, a tarefa dos EUA era “apoiar os povos livres que estão resistindo ao jugo de minorias armadas ou pressões externas”. Portanto se o país fracassasse em seu propósito o mundo estaria subjugado ao perigo, ameaça à paz e a segurança da própria nação, típico escopo do pensamento da teoria realista. A teoria realista se dá muito bem numa análise da Guerra Fria.

De acordo com José Flávio Sombra Saraiva (2003) as políticas da União Soviética como reação aos EUA foram lentas e demoraram a aparecer. Nos anos 50, a URSS havia dobrado a quantidade de homens militares que obtinham no início da guerra fria em 1947, porque haviam ampliado a convocação militar em larga escala, principalmente de homens para o exército. Essa foi a primeira reação dos soviéticos à política iniciada pelos norte-americanos. Já a segunda reação foi o aceleração da sovietação da Europa oriental, que significava tornar mais países europeus comunistas.

Um exemplo da liderança soviética nesse aspecto foi conseguir organizar a Conferência dos Nove Partidos em 1947, na Iugoslávia, em que⁷ criticaram muito a Doutrina Truman e o Plano Marshall. Sendo assim, é notável que a Europa Oriental ou, futuramente, bloco socialista (composta por países como: Bulgária, Tchecoslováquia, Alemanha Oriental, Hungria, Polônia, Romênia, e - até os anos 1960 - a Albânia) foi palco principal para a URSS conseguir demonstrar, de primeira, sua influência e intervenção nestes países.

É possível, analisar a política externa cubana e como ela é formulada, partindo deste ponto é importante lembrar que a mesma é feita com a participação de diversos agentes, circunstâncias e organismos. Ela difere do famoso senso comum que acredita que a mesma se concentra apenas na figura do presidente, tal qual uma ditadura. Neste sentido, Domínguez aponta que: “A política externa cubana resulta de uma ação coordenada entre muitas agências, grupos e indivíduos; não é apenas a extensão dos pensamentos, inclinações e ações de uma pessoa” (DOMÍNGUEZ, 1989, p. 248, tradução própria).

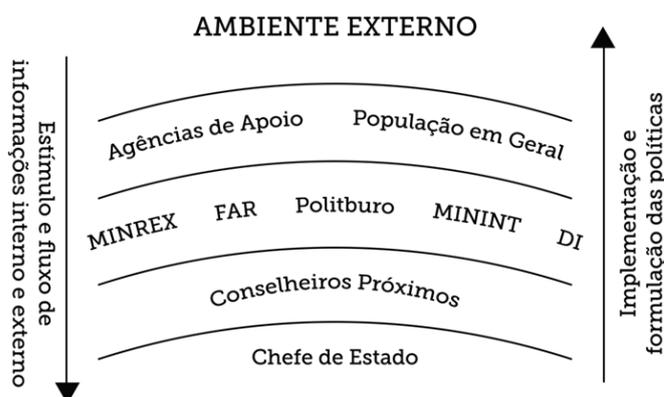
Analisando a política externa cubana é importante lembrar que a mesma é feita com diversos agentes, circunstâncias e organismos, ela difere do famoso senso comum que acredita

⁷ A conferência foi o nascimento do Kominform, organização que agregava partidos comunistas de toda Europa e tinha como objetivo coordenar as ações desses partidos e ser um fórum de comunicação direta entre eles. Teve

como países membros: Albânia, Alemanha Oriental, Bulgária, Checoslováquia, França, Hungria, Itália, Iugoslávia, Países Baixos, Polónia, Romênia, Território Livre de Trieste e URSS.

que ela se concentra apenas na figura do presidente, tal qual uma ditadura. “A política externa cubana resulta de uma ação coordenada entre muitas agências, grupos e indivíduos; não é apenas a extensão dos pensamentos, inclinações e ações de uma pessoa” (DOMÍNGUEZ, 1989, p. 248, tradução própria).

Figura 1 – Processo de Tomada de Decisão em Cuba



Fonte: FERNÁNDEZ, 1992; elaborado pela autora

A partir desta figura é possível observar o quanto o processo de tomada de decisão em Cuba e de formulação de políticas públicas, inclusive a política externa, passa por diversos agentes e é muito amplo. É possível identificar quem são esses agentes e perceber que o Chefe de Estado é central no processo de formulação de políticas públicas.

Alguns marcos importantes da política externa cubana podem ser ressaltados, seguindo os apontamentos dos autores Segre (1988) e Salazar (1986). Durante a primeira etapa, de 1959 a 1962, Cuba escolheu se aprofundar com países do continente americano, criando laços permanentes e críticos às ditaduras na República Dominicana, Nicarágua e Haiti. Foi tido como estratégia usar de organismos multilaterais para denúncia de hostilidades sofridas pela ilha e para a defesa das mudanças profundamente estruturais que estavam acontecendo.

Este é um dos porquês a ilha sofreu o bloqueio econômico, comercial e financeiro dos EUA, conhecido também como embargo econômico⁸, em 1960, interpretado por diversos

⁸ O embargo comercial, financeiro e econômico é uma das maiores expressões da política externa imperialista dos EUA com Cuba. Ele está instaurado desde 1962, por John F. Kennedy. Em Cuba é chamado de “el bloqueo”. O embargo funciona impedindo a maioria das trocas comerciais, o envio de alimentos ao país caribenho, a proibição

autores e por mim como forma de retaliação política às mudanças e iniciativas que foram tomadas pela Revolução Cubana, como a desapropriação de terras (muitas delas de posses de cidadãos americanos), para que a reforma agrária e popular cubana fosse realizada. As atitudes de apoio a outras revoluções insurgentes citadas acima também deram ainda mais motivos para que os EUA embargassem o país.

O embargo imposto pelos EUA à Cuba é formado por diversas legislações que são iniciativa do Congresso Americano, ou seja, o embargo é competência do Congresso. Este embargo é aplicado principalmente por meio de seis estatutos: a "Lei de Comércio com o Inimigo" de 1917, a "Lei de Assistência Externa" de 1961, o "Regulamento de Controle de Ativos Cubanos" de 1963, a "Lei de Democracia Cubana" de 1992 também conhecida como Lei Torricelli, a "Lei Helms- Burton" ⁹de 1996 e a "Lei de Reforma das Sanções Comerciais e de Melhoria das Exportações" de 2000. Estas leis condensam as restrições à Cuba, e também retiram a responsabilidade do presidente estadunidense, atribuindo a ao Congresso americano.

Já a segunda etapa, de 1962 a 1970, é caracterizada pelo isolamento e rompimento de relações diplomáticas com a maioria dos países americanos devido a tentativa de expansão do ciclo revolucionário, as relações continuaram com o México. Vale ressaltar a ampliação dos laços com movimentos guerrilheiros e o acontecimento da reformulação de estratégias observada pela ótica da ascensão de militares nacionalistas no poder no Peru e no Panamá.

Em 1962 o presidente John Kennedy conferiu dispositivos legais para o embargo, ele proibiu todas as importações de produtos cubanos e as importações que passavam pelo país caribenho, ou seja, impossibilitando outros países de ter relações de importação e exportação com a ilha, mesmo que essas relações fossem para mandar seus produtos para os EUA.

de viagens de estadunidenses para a ilha e a punição de empresas nacionais e estrangeiras vinculadas ao país, caso tenham relações financeiras com Cuba. Até os dias de hoje o embargo atrapalha muito a política externa cubana e suas trocas com outros países. Uma grande fonte de renda para o país socialista é o turismo, também afetado pelo embargo porque o mesmo restringe estadunidenses de irem a Cuba como turistas.

⁹ Devemos destacar principalmente duas legislações: a Lei Helms-Burton e Lei Torricelli. Sobre a primeira trata-se uma lei cuja finalidade é proteger os cidadãos dos Estados Unidos contra o confisco e o tráfico ilícito de bens confiscados pelo regime de Castro” (FOWLER, 2019, [n.p.]), pensando nisso chegamos à conclusão de que os EUA refere-se a retomada de terras cubanas à Cuba e de bens materiais que “pertenciam” a estadunidenses que foram também retomados por cubanos. A Emenda Torricelli de 1992 acrescenta, à época, novas restrições de maneira que proíbe transações de Cuba com empresas subsidiárias de consórcios americanos em países terceiros, proíbe também que os barcos que passam pelos portos cubanos realizam transações comerciais nos EUA e autoriza o presidente estadunidense a aplicar sanções contra os governos que promovem assistência a ilha.

Em outubro de 1962 aconteceu a Crise dos Mísseis, evento histórico que merece destaque, um dos momentos em que a Guerra Fria esteve mais “quente”. Segundo Ayerbe, estudioso do tema: “as duas superpotências chegaram perto de um impasse que poderia ter desencadeado um conflito de consequências imprevisíveis” (AYERBE, 2004, p. 50). É importante lembrar que embora a lista socialista estivesse no epicentro da disputa estratégica seu direito de voz e voto nas negociações foi vetado pelos EUA à época.

A terceira etapa, de 1970 a 1979, é marcada pelo estabelecimento de laços com governos que simpatizavam com o processo cubano, como o Chile no início desta década. É importante ressaltar o marco da participação cubana na criação e constituição do Sistema Econômico Latino-americano¹⁰ (SELA). Os objetivos do SELA são, até os dias atuais, a promoção e coordenação de estratégias comuns relacionadas a economia da América Latina e do Caribe com outros países e organismos internacionais, além da estimulação da cooperação e integração entre os países latino-americanos e caribenhos.

A quarta e última etapa, de 1979 a 1988, apontada por Segrera (1988) e Salazar (1986), caracteriza-se pela retomada de laços diplomáticos com os países que passavam por processos de redemocratização e pela participação ativa cubana na revolução nicaraguense e nos diversos apoios à outros movimentos revolucionários ao redor da América Central. Destaca-se aqui o Êxodo de Mariel (motivado pela ocupação da embaixada cubana) que foi a emigração em massa de cubanos (mais de 125 mil cubanos saíram da ilha em apenas sete meses) que partiram do Porto de Mariel em Cuba para os Estados Unidos em 1980. É claro para os estudiosos de Cuba que os EUA não aprovavam esta participação cubana nas insurgências dos processos revolucionários¹¹.

Ainda sobre o episódio do Porto de Mariel a emigração de alto fluxo de pessoas foi vista como politicamente negativa e prejudicial pelo então presidente dos EUA, Jimmy Carter, quando se descobriu que uma parcela dos exilados havia sido libertada de instituições de saúde mental e prisões cubanas. Logo, foi feito um acordo mútuo entre os dois governos envolvidos para que a situação fosse resolvida. É possível constatar então que Cuba representava um problema aos EUA, potência hegemônica e imperialista. Os laços diplomáticos com a ilha

¹⁰ O SELA é o resultado da vontade dos países latino-americanos em ter um espaço conjunto para intensificar a cooperação e promover a ação conjunta entre si e o plano internacional.

¹¹ Cuba apoia a Revolução na Nicarágua, enviando tropas, técnicos e profissionais à Nicarágua e à Granada nos anos 80.

durante o governo de Jimmy Carter foram abalados e de consequências negativas para ambos os países, aos EUA foi apresentado acima a má repercussão da chegada dos emigrantes cubanos e à Cuba foi mostrando ao cidadão cubano que no exterior todo mundo tem produtos em geral, sem escassez, ganham melhores sem reclamar. Este foi o resultado do encontro entre os exilados e os que moravam na ilha.

É possível analisar uma quinta etapa, apresentada por Silva (2012) a partir da queda da URSS e o fim da guerra fria, em que os esforços cubanos foram voltados para integração e reinserção do país na comunidade latino-americana. A análise aqui apresentada pode concluir que a política externa cubana assegurou a sobrevivência do regime revolucionário e também conseguiu obter os recursos dos quais necessitava do bloco soviético. Cuba foi, neste momento, um país observado pelo mundo todo, a atenção recaía sobre sua política externa. A revolução cubana em si afetava diversas relações diplomáticas e era considerada para a formulação de política externa de diversas potências, deste modo, afetava ainda mais os EUA, seu “grande irmão” que precisava controlar a pequena ilha rebelde.

Nesta década de 90, outras duas leis foram somadas à lista de dispositivos legais que conferiram o embargo uma das políticas externas, destinadas a outros países, mais cruéis dos EUA. Estas leis foram a Lei de Torricelli e Helms-Burton ¹², explicadas acima. Ambas basicamente estendem a jurisdição dos tribunais americanos além das fronteiras territoriais, ou seja, possibilitam sanções a subsidiários americanos no exterior e também proíbem que realizem negócios com o país caribenho. Além disso enrijeceram a proibição das importações que continham parcial ou totalmente as matérias-primas de origem cubana, independente do país que elas foram fabricadas, ou seja, mesmo que fosse um país em que as relações diplomáticas e de comércio com os EUA fossem estreitas estes produtos que continham “o rastro cubano” não seriam importados. Essas duas leis criam uma sensação de insegurança jurídica para empresas de outros países que queiram exportar para os EUA.

Hoje em dia algumas nações já legislaram normas próprias que derrubam a lei americana, costurando normas próprias. Ainda assim, algumas instituições são proibidas de fazerem negócios com Cuba pelo receio de serem punidas, sendo processadas em tribunais dos EUA.

¹² Para mais informações sobre as leis consultar “A Revolução Cubana” de Ayerbe (2004) e “Las sanciones de Estados Unidos a Cuba (2001 -2020) de Rodríguez (2020).

Desta forma o balanço deste capítulo é de que o apoio soviético, que uma vez contribuiu para o dinamismo e protagonismo da revolução, se tornou, depois da queda do bloco soviético no início dos anos 90, uma das maiores e mais notáveis debilidades cubanas. A relação de Cuba com a URSS e o bloco socialista como um todo não foi configurada enquanto uma relação de subserviência, mas sim de apoio econômico e político mútuo. Contudo, ao longo do tempo desenvolveu-se uma relação de dependência econômica de Cuba para com a URSS¹³, sendo essa um dos efeitos do bloqueio exercido pelos EUA. Essa dependência gerou uma grave crise econômica e humanitária em Cuba depois do encerramento da União Soviética e o fim da Guerra Fria.

De certa maneira era este apoio que fortalecia a ilha caribenha contra os dispositivos legais que os EUA apresentavam para inibir Cuba e sua revolução. A derrocada da URSS muda as dinâmicas do cenário internacional e força a ilha da revolução a se adaptar às novas circunstâncias impostas.

A lógica desenvolvida durante a Guerra Fria orienta o tratamento e análise dos EUA com Cuba. Interfere na política doméstica cubana e em sua relação com o mundo, em geral e com os EUA, seus vizinhos, em particular, para Cuba foi necessário reavaliar os interesses nacionais e modificar a política externa para sobreviver aos novos desafios.

Apesar das grandes conquistas revolucionárias: independência nacional, desenvolvimento econômico, social e cultural do país, a justiça social e a democracia popular, existem também algumas insuficiências, de acordo com Pomar. Segue a relação das mesmas:

– Desenho piramidal das entidades organizadas – Alta centralização da decisão e dos recursos – Dispersão institucional e funcional – Estatização e burocratização – Indefinição de uma esfera pública. A oportunidade de superar total ou parcialmente algumas dessas deficiências surgiria como efeito da crise desencadeada na sociedade cubana no início da década dos anos 1990 (...). (POMAR, 2016, p. 134)

Durante os anos 90 em Cuba houve uma movimentação muito grande de grupos de cidadãos dissidentes da revolução. Ainda, há uma associação entre o surgimento destes grupos e a deterioração de condições econômicas pós fim da URSS. Diante da crise, Cuba faz algumas mudanças em sua política externa, segue, de acordo com Pomar:

¹³ A URSS além de ter financiado a dívida comercial entre os dois países, ainda forneceu armas e treinamento militar aos cubanos, e ofereceu mercado para os produtos cubanos, especialmente para o açúcar, um dos maiores pilares da economia da ilha.

A partir dos anos 90, seguindo a tendência internacional de abertura dos mercados, Cuba busca maior interação com a economia global, abrindo alguns setores à participação do capital estrangeiro. Essa mudança não significa o abandono da coordenação estatal do processo de desenvolvimento, mas a busca de novos mercados e novas opções de investimento que favoreçam o crescimento e a modernização da economia nacional, além de diminuir o isolamento do país. Nesse processo, empenha-se em construir parâmetros de convívio com outros Estados em que a credibilidade se respalde no respeito a regras de intercâmbio estabelecidas de comum acordo. (AYERBE, 2004 p. 117 – 118).

No segundo capítulo discutiremos os desafios das relações exteriores dos EUA e de Cuba no Governo Obama, analisando também os ganhos e evoluções que os dois governos (Raul Castro e Barack Obama realizaram na política externa dos seus países).

CAPÍTULO II – A ERA OBAMA: Um mergulho na política externa de Obama para Cuba, destrinchando relações

Olhar para a história recente é um exercício necessário para se analisar novas movimentações. Neste segundo capítulo será discutido o governo Obama (01/2009 – 01/2017) e a mudança da política externa dos EUA destinada a Cuba, a tentativa de aproximação de laços e as políticas de Obama para tal. O capítulo está organizado em três seções. A primeira seção tratará da retomada de laços entre os dois países, os motivos para a retomada de laços e do momento de negociação entre ambos.

A segunda seção argumentará sobre quais foram as principais iniciativas e medidas de Obama e Cuba neste processo de retomada de laços, analisando o esforço de ambos os governos e refletindo sobre a diretriz presidencial de Obama. Por fim, a terceira seção discutirá quais eram os desafios para a normalização das relações entre os países e ressaltará a diferença das demandas cubanas e estadunidenses para a normalização destes laços, citando as principais dificuldades da política estadunidense neste processo.

2.1 - A retomada de laços diplomáticos e de relacionamento entre Cuba e EUA dentro da lógica do bloqueio

Em um processo de normalização, segundo Agrelo (2020, p.68), a existência de relações diplomáticas é essencial, assim como o respeito pelas regras e princípios do Direito Internacional Público, o reconhecimento de interesses comuns e objetivos com a normalização, a detecção de pontos mínimos aceitáveis para cada país, a igualdade de condições entre os negociadores, o predomínio de espaços amplos de cooperação sobre as disputas, a solução pacífica de controvérsias sem envolver concessões vexatórias para nenhuma de ambas as partes, a eliminação de instrumentos punitivos unilaterais, bem como a capacidade e vontade de ambas as partes em se comprometerem com o acordo.

Era necessário, então, que houvesse estes elementos no processo de normalização das relações entre Cuba e EUA para que este fosse bem-sucedido. A melhor forma para atingir a normalização era conseguir convênios e acordos entre os 2 países. Foram 25 meses para construir confiança, que estava corroída por décadas de conflito e representaram as mudanças mais significativas dos últimos 55 anos.

Dentro de uma análise crítica, no caso específico de Cuba e EUA, que mantém laços antagônicos desde a revolução cubana em 1959, a normalização plena e o estabelecimento de boas relações seriam inviáveis enquanto a própria essência do que são as respectivas políticas externas: se tratam de soberania e hegemonia¹⁴.

As relações dos dois países são cercadas pelo debate da soberania cubana e a dominação estadunidense sob a ilha, pois Cuba nasceu da dualidade destes dois elementos, dominada pelo colosso do norte. No final de 2014, Barack Obama (o presidente dos EUA) e Raúl Castro (o então presidente de Cuba), começaram a caminhada para retomar laços e mudar as diretrizes da política externa imperialista dos EUA para com a ilha cubana. Este esforço mútuo tem um significado histórico, afinal o bloqueio econômico que EUA impôs à Cuba e as relações diplomáticas rompidas dos dois países é uma das mais evidentes heranças deixadas pelo período da Guerra Fria. Ambos os presidentes reconheceram, à época, que o processo seria longo,

¹⁴ Hegemonia para o estudo de teoria das relações internacionais deriva da teoria crítica, conceito extremamente importante para a América do Sul. Robert Cox discute que a hegemonia no plano da governança global seja descrita como uma estrutura social, econômica e política, expressa por “normas universais, instituições e mecanismos que repousam em regras gerais de comportamento par os Estados e para aquelas forças da sociedade civil que atuam além das fronteiras nacionais – regras as quais dão sustentam o modo de produção dominante” (Cox, 1983, p. 8-10).

complexo e difícil até atingir a normalização, mas que ele não seria impossível de alcançar através de esforços mútuos.

Em 17 de dezembro de 2014 a nova política externa dos EUA para Cuba tomou forma e iniciou-se. Um ano antes, em novembro de 2013, o Secretário de Estado dos EUA John Kerry disse na frente dos embaixadores dos EUA na sede da OEA: “A Doutrina Monroe está terminada”, é importante ressaltar que os críticos e estudiosos não deram muita importância para essa fala de Kerry, porque meses antes o mesmo havia usado o termo ofensivo “quintal da América”¹⁵ para se referir à América Latina e Caribenha.

Naquela época o Ministro de Relações Exteriores já sabia que estavam sendo feitas negociações sigilosas com o governo cubano, essas negociações só vieram à tona mais tarde, com os discursos de Barack Obama e Raúl Castro que foram quase simultâneos. Entre os anúncios de Obama à época destacam-se: a libertação de três cubanos que haviam sido detidos, a libertação e repatriação de três cubanos detidos em troca da libertação de Alan Gross e de um agente de origem cubana da inteligência estadunidense e o início das negociações para reestabelecer as relações diplomáticas que haviam sido encerradas em 1961, também foi anunciado a abertura de uma embaixada em Havana e a visita à capital cubana do alto escalão estadunidense para avançar nos interesses comuns, que eram: as migrações, combate ao terrorismo, saúde, tráfico de drogas e ação perante a desastres naturais. Destaca-se também a frase que Obama pronunciou em espanhol, segundo Trotta (2014) em O jornal Brasil – 247: “Todos somos americanos”, utilizando-se da ambiguidade do termo para designar estadunidenses e demais americanos de todo o continente.

A iniciativa do governo Obama e de Raúl Castro de retomarem os laços e caminharem para a normalização das relações entre os dois países era uma clara ruptura com a tradicional política externa dos EUA para Cuba durante toda a história moderna. Apesar de parcial, a iniciativa de normalização de relações de Obama foi colocada em prática principalmente através do Poder Executivo, para alguns analistas o ex-presidente fez tudo o que estava a seu alcance para mudar a estratégia dos EUA com a ilha no trato da política externa, mas não conseguiu avançar redirecionando a política do Congresso americano. As relações de Cuba e EUA foram descritas no capítulo anterior como sendo colocadas à prova desde a tardia independência da

¹⁵ Acesso em: <https://jornalggn.com.br/noticia/secretario-de-estado-dos-eua-chama-a-al-de-quintal/>

ilha caribenha, em que a Emenda Platt consolidava a presença americana na vida cubana (da cultura até a política externa), promovendo a tutela econômica e política dos EUA sobre a ilha.

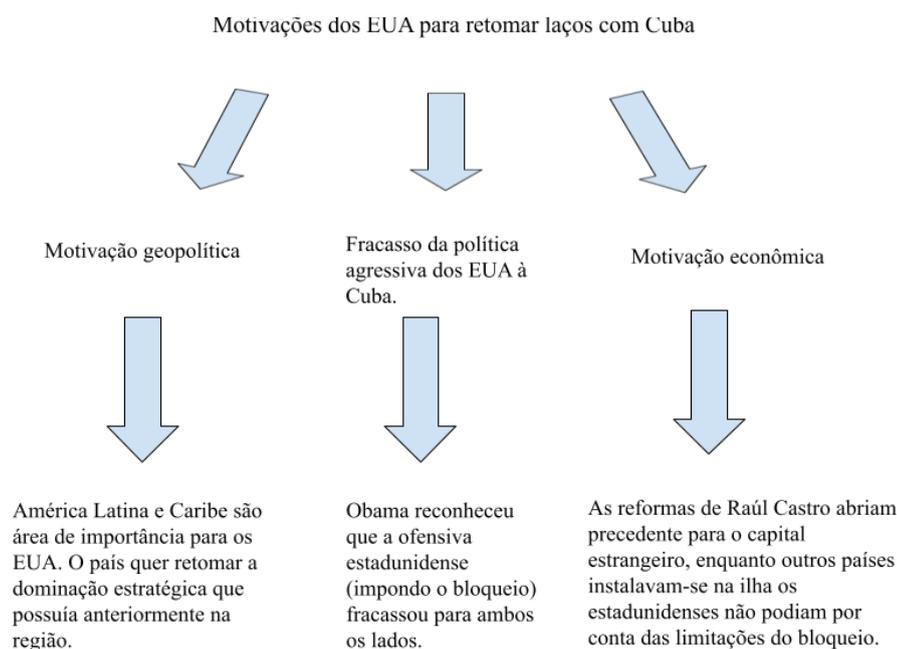
Os atritos se intensificaram ainda mais no período da Guerra Fria, em que a projeção internacional estadunidense como o “grande hegemom”¹⁶ dependia da sua relação e hegemonia com os países latino americanos, quintais do mundo. Cuba se mostrava então uma pedra no sapato, pois a ilha era explicitamente apoiada pela União Soviética e possuía fortes ideais anticapitalistas e anti-imperialistas.

Desta forma, a relação entre Cuba e EUA manteve-se como o principal lembrete da Guerra Fria na América Latina, deixando claro o que os EUA fariam com outros países insurgentes. Somente a persistência da lógica da Guerra Fria explica o comportamento e as políticas estadunidenses, mesmo após a queda dos soviéticos, como mencionou Obama em sua visita¹⁷ à Cuba. Ainda pertencente a esta seção se dá as motivações por parte dos EUA para a retomada de relações com Cuba. Para isto, segue o esquema abaixo:

Figura 2 – Esquema: Motivações dos EUA para retomar laços com Cuba

¹⁶ Este conceito é dado ao país que domina os outros politicamente, culturalmente e economicamente, o grande hegemom inclusive ameaça a soberania de outros países.

¹⁷ Obama visitou Cuba em 20 de março de 2016. Os pontos principais da viagem foram o encontro em Havana com Raúl Castro, o discurso histórico na TV, a discussão sobre pontos complicados como Guantánamo, Direitos Humanos e o embargo estadunidense contra Cuba e discutiram também mídia e relações internacionais.



Fonte: autoria própria.

A figura acima destrincha as motivações dos EUA para retomar laços com Cuba uma por uma. Estão listadas 5 delas, as principais: motivação geopolítica, fracasso da política agressiva e do bloqueio (inclusive reconhecido por Obama), Cuba e América Latina num geral são áreas de importância para os EUA, as reformas de Raúl Castro e a motivação econômica.

Quando falamos de EUA, devemos considerar além das motivações colocadas acima. Afinal, razões eleitorais explicam também o reatamento das relações, o voto latino é muito importante para eleger políticos do Partido Democrata, esta categoria de voto era especialmente importante em 2016 para a continuidade dos democratas na Casa Branca. O antigo e poderoso lobby anticastrista¹⁸ não é mais tão efetivo, apesar de ainda ter muito poder eleitoral e ressonar no voto latino, que é uma porcentagem de significância para se eleger nos EUA. A comunidade cubana nos EUA conserva um percentual importante de poder político, assim como a comunidade hispânica. Como está contido no Jornal “La Jornada” do México:

Según una encuesta de Zogby Analytics realizada inmediatamente después de los anuncios de Obama, el 56% de los votantes estadounidenses apoyó el giro de la

¹⁸ Miami é um caldeirão de conspiração anticastrista, lá é um reduto de antirrevolucionários que julgam errada e contra produtiva a revolução, o principal argumento é que ela ameaça economicamente e em questão de liberdade de expressão a vida dos cubanos. O lobby anticastrista atua no Congresso americano, vem através daqueles que buscam derrubar a herança de Castro em Cuba.

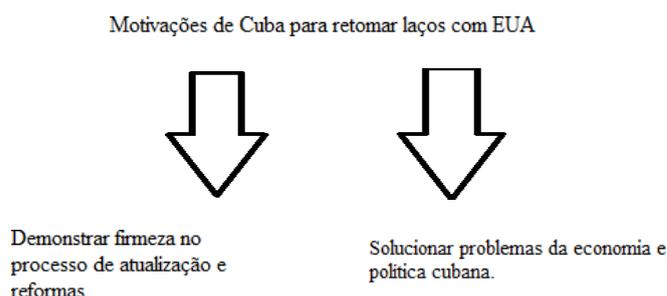
política hacia Cuba (sólo 27% se opuso) y, entre el electorado latino, las adhesiones alcanzaron el 70% (sólo el 21% rechazó el cambio)” (LA JORNADA MÉXICO, 2014, p. 21.)

Segundo Pecequilo e Forner (2015), sobre as razões de aproximação entre os dois países, segue:

O processo de reatamento das relações EUA-Cuba faz parte de uma ofensiva interna e externa realizada pelo Partido Democrata, para atrair o eleitorado hispânico e fortalecer a projeção regional e global do país. Trata-se uma ofensiva do governo de Barack Obama para o reposicionamento estratégico de forças domésticas BOLETIM MERIDIANO 47 33 e externas. Como agenda intermestics, Cuba surge como um tipo ideal de ação para pressionar poderes intra e extrarregionais e grupos de interesse. Obama age de forma pragmática, assim como também o lado cubano. Regionalmente, a expectativa passou a ser elevada para a próxima Cúpula das Américas prevista para o primeiro semestre de 2015. Resta saber se este pragmatismo criará raízes ou continuará a encontrar obstáculos no ideário conservador estadunidense, impulsionado pelos grupos de interesse anti-Castro da Florida. (PECEQUILO, FORNER; 2015, p. 32 – 33)

As motivações cubanas estão ilustradas pelo esquema abaixo, elas representam o motivo de reaproximação, por parte cubana, de EUA e a ilha. Raúl Castro precisava demonstrar firmeza no processo de atualização e reformas, ao passo que também precisava urgentemente solucionar os problemas de economia e política cubana, que afetavam diretamente na qualidade de vida do povo cubano.

Figura 3 – Esquema: Motivações de Cuba para retomar laços com EUA



Fonte: autoria própria.

Sob a liderança de Raúl Castro Cuba tomou um direcionamento mais pragmático, procurando solucionar problemas diários. Apesar das mudanças de atualizações que estão em curso em Cuba, o caráter nacionalista e socialista continua sendo muito valorizado. A

valorização dos feitos da revolução continua pulsantes no fazer política contemporâneo cubano, estes feitos são: soberania nacional e preservação das conquistas sociais e políticas, segundo Ayerbe (2004).

A percepção da mudança das relações dos dois países tem explicação: por parte da administração estadunidense nota-se que Raúl Castro não afetaria a estabilidade do regime cubano e também a ideia cada vez mais comum entre a classe política ativa estadunidense e outros setores, de que a estratégia do bloqueio, que é a tradicional, não é mais efetiva.

Além disso, a Igreja Católica ¹⁹é um dos grandes pivôs na reaproximação dos dois países, com a filosofia de que a Igreja diante da realidade não pode ser “espectadora passiva” o Papa e cardeal Ortega (cubano) tiveram papel central nesta missão de reaproximar os países pós Guerra Fria e com abertura do governo Obama e de Raúl Castro.

2.2 - Análise sobre os feitos e esforços de cada país para a retomada de laços entre Cuba e EUA

O anúncio da retomada oficial dos laços diplomáticos em dezembro de 2014, depois de meses de negociações, foi antecedido pela retirada de Cuba da lista estadunidense de países patrocinadores do terrorismo. O país havia entrado na lista após oferecer exílio a alguns fugitivos que eram procurados pelos EUA e acolher membros de grupos tidos como terroristas na lógica hegemônica, como das FARC. A retirada de Cuba da lista era uma reivindicação já antiga do governo cubano para o restabelecimento definitivo das relações diplomáticas entre os dois países.

Outro resultado da retomada de relações diplomáticas entre os países foi a abertura das embaixadas em julho de 2015 em Havana e Washington. Algumas medidas liberalizantes que suavizaram o bloqueio dos EUA em Cuba começaram a partir deste momento, depois de mais de cinquenta anos de tensão entre os países.

As medidas iniciais foram: liberação de viagens; envio de recursos; negociações comerciais pontuais; mudanças significativas em relação a importação e exportação; dentre

¹⁹ Leia mais em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/papa-chegara-a-cuba-visto-como-heroi-de-aproximacao-com-eua.html> e <https://correiodoestado.com.br/cidades/papa-manifesta-satisfacao-com-reaproximacao-entre-cuba-e-estados-unidos/235080>

outras. De ambos os lados era possível ver que o esforço para retomada de relações diplomáticas existia, um exemplo concreto disso é a criação da Comissão Bilateral Cuba - Estados Unidos que tratava das novas áreas de cooperação entre os países e do diálogo sobre assuntos bilaterais e multilaterais, essa Comissão foi criada logo após a reabertura das embaixadas. Em contraponto aos esforços haviam também dificuldades no processo, sendo deixado de lado alguns aspectos como o fim completo do bloqueio, às indenizações de cada parte, o sistema político de cada país e a base de Guantánamo. Estas medidas mostram o quanto os dois países estavam dispostos a mudar suas posturas e guinar para uma verdadeira reaproximação dos países.

Nos últimos dois anos do governo²⁰, Obama experimentou progresso nas relações bilaterais. Espaços de diálogo e de cooperação, que mostraram que, apesar de profundas diferenças em várias questões, podem ser encontradas soluções e criar um clima de “coexistência civilizada”, como havia mostrado a postura do presidente cubano por diversas vezes.

Algumas questões podem delimitar o aprofundamento das relações dos países, da parte estadunidense destaca-se a questão dos direitos humanos, as demandas relacionadas ao sistema político e econômico cubano e as questões migratórias. Já da parte cubana dois destaques parecem ser fundamentais, como menciona Delgado:

El gobierno cubano ha reiterado que no puede haber relaciones normales ‘mientras se mantega el bloqueo económico, comercial y financiero’ que al igual que la base naval de Guantánamo son temas espinosos en el largo camino que se presenta (DELGADO, 2015, p. 114)

Além destas duas novas demandas como a indenização dos efeitos do embargo e a suspensão das transmissões da Rádio Martí em Miami podem dificultar o processo de normalização das relações.

²⁰ Os últimos dois anos de governo foram 2015 e 2016, em 2017 o democrata passou o cargo presidencial para o republicano Donald Trump. Os principais feitos de Obama foram as ações contra o desemprego que caiu de 10% para 4,6%, o Obamacare que foi a reforma do sistema de saúde, em que o mesmo foi reestruturado. Outro feito importante foi a aprovação de um projeto que promoveu a legalização dos imigrantes dos EUA, sob a condição de que o imigrante ilegal estivesse morando nos EUA por mais de cinco anos e que tivesse tido filhos no país até novembro de 2014.

Buscando a normalização das relações diplomáticas dos dois países, Obama procurou criar em sua administração políticas de Estado (que fossem permanentes) e tentou deixar um legado para os EUA de continuação de uma política branda e de boa vizinhança.

Esta política externa abrange “o descongelamento das interações com nações inimigas de modo que as afaste de parcerias com outras potências e enfraquece mais ainda seu discurso de autonomia e autodeterminação”, segundo Pecequillo e Forner (2015).

O presidente dos EUA chegou a dizer, em sua visita à Cuba, que buscava superar uma política externa falida e herdada da Guerra Fria, exaltando a modernização e globalização do século XXI. “É tempo de deixarmos o passado para trás e pensar num futuro juntos. Um futuro de esperança”²¹, disse Obama em seu discurso de 2016 no Teatro de Havana com a presença de Raúl Castro.

Devemos analisar que Obama não possuía maioria no Congresso para normalizar definitivamente as relações entre os dois países, ou seja, decidir pelo fim do embargo. Na ausência dessa medida, que não cabe apenas à Obama decidir, o presidente baixou uma diretriz presidencial para “consolidar” os avanços já obtidos, esta diretriz procura fazer com que os avanços sejam irreversíveis, na intenção de que nenhum futuro presidente possa decidir por um caminho de retomar novamente as tensões da Guerra Fria, não só com Cuba, mas com a América Latina.

A nova Diretriz Presidencial de Política sobre Normalização das Relações EUA - Cuba²² abrange o governo como um todo, de modo que reforça o compromisso com os cubanos e define que a abertura e a retomada das relações diplomáticas sejam irreversíveis.

De acordo com a Diretriz Presidencial os interesses dos EUA eram: The vision of the United States for U.S.-Cuba normalization is guided by the following national security interests, as described in the 2015 National Security Strategy:

- The security of the United States, its citizens, and U.S. allies and partners.
- A strong, innovative, and growing U.S. economy in an open international economic system that promotes opportunity and prosperity.
- Respect for universal values at home and around the world.

²¹ Veja mais em: <https://diariodopoder.com.br/uncategorized/obama-fala-sobre-a-importancia-da-uniao-contra-o-terrorismo>

²² A nova Diretriz Presidencial de política sobre normalização das relações EUA – Cuba pode ser acessada em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2016/10/14/presidential-policy-directive-united-states-cuba-normalization>

- A rules-based international order that promotes peace, security, and opportunity.

A nova Diretriz é como um manual que resume todo o processo de reaproximação, desde dezembro de 2014 e define os objetivos prioritários do processo de normalização, que são uma maior integração com o Governo e com o povo cubano, a expansão do comércio e o estímulo a reformas econômicas na ilha, este manual esclarece ainda quais são as responsabilidades de cada agência do governo dos EUA.

Outras ações de Obama durante o governo foram: a decisão unilateral de abrir caminho para as viagens familiares e um envio possível de quantidades reduzidas (mas ainda assim enviadas) de remessas para Cuba, a regularização da imigração, e por fim, a constatação importante de Obama em que o presidente afirma que o embargo foi ineficaz. O que implicitamente questiona a legitimidade de uma política com efeitos absurdamente prejudiciais à população cubana.

Raúl Castro, por sua vez, procurou “atualizar” o modelo cubano de economia de modo pragmático tentando se adequar à política contemporânea e seguir em termos de desenvolvimento as condições da globalização atual, teve também o objetivo de buscar solucionar diversas lacunas que o modelo econômico cubano tinha, ainda assim, o objetivo era que os conceitos ideológicos de soberania nacional e das conquistas sociais da revolução não deixem de estar presentes nesta atualização. A política externa de Cuba é baseada em princípios que em geral permanecem válidos até hoje e expressa os interesses da nação cubana, segundo Ayerbe (2004).

Neste sentido, Raúl combina seus interesses domésticos e internacionais quando aceita a aproximação dos EUA e continua assumindo a postura cubana de sempre: os princípios não se discutem, muito menos são negociados, mas as soluções para os problemas podem ser encontrada e podem identificar-se questões de interesse comum, em condições de igualdade e respeito mútuo em suas conversas rumo a negociações.

Segundo Antonio Romero (2017), a “equação base” é determinada pela dualidade dos “princípios-interesses” da política externa, que em anos recentes começa a atribuir um maior peso aos “juros” na visão de médio a longo prazo. Isso significa que o resultado do reconhecimento por parte das autoridades nacionais, dos limites que o sistema internacional dominante impõe à nação são as mudanças propostas por Raúl Castro.

Cuba enfrenta muitos desafios econômicos e sociais atualmente, que exigem a cooperação de fontes e de atores externos. O componente econômico-comercial também muito importa para a ilha, incluindo turismo e fluxos de investimento, este componente adquiriu uma importância enorme na estratégia da política externa cubana, a partir das prioridades que foram definidas pela implementação das Diretrizes da Política Econômica Social com vista à atualização deste modelo econômico do país. É comum que nos últimos anos, portanto, a tentativa de ampliar as relações econômicas de Cuba com o resto do mundo seja posta em prática.

O governo cubano tem reconhecido que restaurar a confiança na ilha por parte da comunidade internacional era um requisito indispensável para o acesso a fontes externas de financiamento. Este é um elemento central para a reestruturação da unidade produtiva interna, incorporada na visão dos Lineamentos da Política Econômica e Social²³. O fortalecimento da inserção global de Cuba e de seu relacionamento com os principais centros do sistema internacional é prioridade na atualização do modelo cubano.

Algumas das reformas econômicas de Raúl Castro serão citadas a seguir: a autorização do trabalho autônomo (que emprega mais de meio milhão de cubanos), a descentralização da administração, a introdução do cooperativismo, uma nova lei de investimento estrangeiro e o processo de eliminação da moeda dupla.

Tudo isso com o objetivo de dinamizar ainda mais a economia e gerar renda para aliviar as carências materiais dos cubanos e alimentar os vazios cofres públicos. Ainda, existem as medidas de esforços políticos como a libertação de alguns presos e a reforma da lei de imigração, que hoje em dia já permite até membros da oposição e inclui a possibilidade de retorno dos exilados.

Voltando a discutir o bloqueio por parte dos EUA, este só pode ser removido por uma ação congressional, o que não foi possível durante a administração de Obama, mesmo com todos os esforços por parte do presidente. As ações de Obama em relação a Cuba foram esforços

²³ Os Lineamentos da Política Econômica e Social foram aprovados em abril de 2011, durante o VI Congresso do Partido Comunista Cubano, esse fato consolidou no país um novo rumo de mudanças, tanto no seu modelo econômico quanto social, produzindo opiniões diversas em estudiosos, revolucionários e na população cubana. Neste novo momento foi autorizado a ampliação da utilização dos mecanismos de mercado no interior do modelo de transição socialista em Cuba, a expansão do conceito de propriedade privada e a eliminação de alguns subsídios e gratuidades que eram considerados políticas igualitárias.

bipartidários, tanto na política doméstica quanto na política exterior e é importante lembrar que em janeiro de 2015 o Congresso estava dominado pelo Partido Republicano, que possui políticas conservadoras²⁴.

Portanto, o Congresso continuou a política do embargo e teve emendas de enfoque anterior, com políticas de hostilidade, neste período não se aprovaram ações legislativas no sentido de aproximar os dois países. As ações do então presidente dos EUA foram de caráter executivo e não legislativo. As decisões judiciais e a determinação presidencial entram em embate no Art. 2 da Constituição dos EUA, e a determinação presidencial se torna ainda mais vulnerável.

Em janeiro de 2015, quando o Congresso estava dominado pelo Partido Republicano (conservadores), analisando o período de tempo por ser um ano eleitoral, poucas decisões foram tomadas e a reaproximação entre EUA e Cuba ficou de lado. Os republicanos se contiveram em seus votos no Congresso para não deixar nenhum legado de Obama, e não abrir caminho para os democratas. Os democratas por sua vez trataram mais de temas de política doméstica do que exterior e, portanto, as relações com Cuba ficaram apagadas.

Como sintetizou o embaixador cubano localizado em Washington ²⁵ “Houve avanços consideráveis, mas ainda existem obstáculos de consideração.”

“(…) Nunca antes em nossa história, ambos os países tinham negociado durante dois anos consecutivos sobre tal diversidade de temas, como foi feito entre janeiro de 2015 e janeiro de 2017. Até hoje temos 22 memorandos de entendimento assinados e em aplicação...” (ROMERO, 2017, p 92).

É possível concluir que apesar dos avanços, as limitações das relações entre EUA e Cuba foram advindas da essência hegemônica das ações dos EUA para Cuba. Esta política hegemônica permitiu certos avanços, mas impossibilitou a igualdade de negociação entre os

²⁴ O Congresso estadunidense tem todos os poderes dos legislativos conferidos em si mesmo, segundo a Constituição. Os poderes enumerados do Congresso incluem regular o comércio interestadual e internacional, criar impostos, estabelecer cortes federais inferiores à Suprema Corte, manutenção das forças armadas e a habilidade de declarar guerra e manter o bem estar geral do povo, assim como o poder de fazer empréstimos. De acordo com Ripley e Lindsay (1993, p. 18) existem quatro mecanismos congressuais que podem exercer influência sobre a política externa estadunidense: 1) a legislação substantiva; 2) a antecipação de reações; 3) a legislação processuística e 4) a influência da opinião pública.

²⁵ José Ramón Cabañas, embaixador de Cuba em Washington, durante o discurso no evento feito em razão do aniversário do triunfo da Revolução Cubana (Washington, 26 de Janeiro/2017).

dois Estados. Uma das exigências cubana que não foi atendida foi a devolução da prisão na Baía de Guantánamo, oficialmente Guantanamo Bay Detention Camp (Campo de Detenção da Baía de Guantánamo), esta prisão viola a soberania cubana em seu próprio território. Desde o fim de 2014 e o anúncio do plano de reaproximação feito por Obama algumas medidas já foram tomadas, uma delas foi a reabertura da embaixada americana na ilha e a retirada de restrições para viagens de cidadãos americanos à Cuba. ²⁶

Ainda, Obama baixou uma Diretriz Presidencial de Política sobre Normalização das Relações EUA-Cuba e quando anunciou a medida disse: “abrange todo o governo de modo a reforçar o compromisso com o povo e o governo cubanos e faz com que a nossa abertura seja irreversível”. ²⁷ Obama deu mais um pronunciamento em que dizia: “Hoje, os EUA estão dando passos importantes para avançar na normalização das relações com Cuba e dar maior consistência à nossa política migratória” ²⁸; justificando seus esforços e a força tarefa bilateral entre os dois países.

Apesar dos esforços dos presidentes Barack Obama e Raúl Castro, em reaproximar os dois países, logo após assumir a presidência dos Estados Unidos no início de 2017, o governo Donald Trump (Janeiro de 2017 – Janeiro de 2021) anunciou uma revisão completa das políticas do país em relação a Cuba e um distanciamento efetivo, o que será discutido e analisado logo no próximo capítulo, em que trataremos das relações entre Cuba e EUA no governo Trump.

Portanto, neste capítulo discutimos a política externa do governo Obama destinada à Cuba, uma política externa focada na retomada de laços entre os dois países. Na primeira seção tratamos das motivações para que tal processo acontecesse por ambos os lados, EUA e Cuba. Para os EUA as motivações foram geopolíticas e econômicas, o reconhecimento do fracasso desta política agressiva direcionada a Cuba, a confirmação de que América Latina e Caribe são zonas de influência dos EUA que são importante para o país e por fim o precedente aberto pelas reformas de Raúl Castro. Já pelo lado cubano, Raúl Castro sentiu a necessidade de atualizações na economia e na política cubana e viu os EUA como potencial aliado para demonstrar firmezas sobre as mudanças e conseguir solucionar problemas cotidianos da realidade cubana.

²⁶ Veja mais em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160320_visita_obama_cuba_rm

²⁷ Para mais informações acesse:

https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/14/internacional/1476453406_551627.html

²⁸ Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/12/internacional/1484257647_081706.html

Na segunda seção foi discutido as limitações de cada país para cumprir o que o outro esperava da retomada de laços e normalização das relações, para Cuba a Prisão de Guantánamo foi uma demanda não atendida que marcou muito, assim como o fim do embargo (el bloqueo). Para os EUA a questão dos Direitos Humanos no padrão democrático liberal era uma demanda não atendida.

As limitações foram explicadas, principalmente as do lado estadunidense, que não foram possíveis de serem realizadas porque eram responsabilidades do Congresso Nacional, que estava configurado por ultra direitistas do Partido Republicano, em sua maioria. Os limites estão claros, mas os avanços também devem ser considerados, um notável para a diplomacia dos dois países é a abertura da embaixada estadunidense em Havana.

Durante o segundo capítulo e suas seções pudemos observar que Obama tentou aproximar os dois países de maneiras práticas e também simbólicas. Cito aqui algumas dessas iniciativas tanto de cooperação, quanto de eliminação de restrições anteriormente mantidas. Segue as de cooperação: no campo de telecomunicações, e conexões de internet, projetos humanitários e do setor privado, meio ambiente e pesca, terrorismo e crime organizado transnacional, pequenas e médias empresas, navios de carga, ligação aérea direta, materiais de construção, energia renováveis e investigação médica.

Já no campo da eliminação das restrições, seguem as ações de Obama para Cuba: turismo, remessas, viagens individuais, financiamento privado, venda de produtos estadunidenses e aquisição de cubanos, transações bancárias e ainda abriram diálogos sobre comércio, sobre investimentos e sobre direitos humanos e democracia.

Desta forma, retomando o que foi dito no segundo capítulo, o que Obama não conseguiu foi evolução no legislativo, porque o Congresso era formado por maioria republicana, ou seja, Obama enfrentou limitações legais e legislativas para “codificar” e tornar legal seu legado com Cuba, já no executivo várias normativas foram decretadas normalizando as relações entre os dois países. Enquanto existir maioria republicana nos poderes as relações estão fadadas à deterioração como uma constante.

Dito isto, no terceiro e último capítulo discutiremos o governo Trump e o distanciamento das relações construídas por Obama e Raúl Castro, como Trump manejou este distanciamento e quais foram suas intenções por trás dele.

CAPÍTULO III – CUBA E EUA NO GOVERNO TRUMP: As principais medidas da administração Trump, deterioração das relações entre Cuba e EUA

Neste capítulo discutiremos as principais medidas tomadas por Donald Trump em sua administração. Revogando diversas das medidas de Obama e deteriorando as relações de normalização e proximidade que Raúl Castro e Obama haviam construído.

O capítulo está organizado em três seções: As principais medidas do governo Trump, os impactos da Lei Helms-Burton e o final de mandato do Trump: a inclusão de Cuba na lista de países “patrocinadores” do terrorismo.

Dando continuidade as discussões anteriores em que avaliamos o processo de normalização e o reatamento de relações entre Cuba e EUA, por esforços tomados por Raúl Castro e o então presidente Obama agora veremos a deterioração destas relações pela filosofia imperialista e atitudes hostis tomadas pelo novo presidente Donald Trump, que desde sua campanha promete revogar medidas de Obama e endurecer relação com Cuba, atraindo assim votos do lobby anticastrista.

3.1 - As principais medidas do governo Trump

Em sua campanha, Donald Trump prometeu que na política externa colocaria sempre a “América em primeiro lugar” (America first), e também pediu a força americana exercida durante a Guerra Fria e disse reforçar qualquer ação para cumprimento da mesma. Pensando que a questão cubana não era central e muito menos uma prioridade para sua campanha, foi depois de vencer as eleições, com o adicional da morte de Fidel Castro (25 de novembro de 2016), que Trump decidiu condenar de vez o regime cubano e fazer o possível para “libertar” o povo da opressão que o regime impunha. Ao mesmo tempo, Trump agradeceu aos cubano-americanos por seu apoio eleitoral e se aproveitou do lobby anticastritas que havia sido feito para ele, uma vez que suas propostas eram de endurecimento das relações com a Cuba socialista tão odiada por este mesmo grupo. Alguns pronunciamentos²⁹ do Partido Republicano foram críticas incisivas à abertura realizada pelo governo de Obama. Durante as campanhas de Trump na Flórida o então empresário mencionou os cubanos em vários de seus discursos. Até que, a duas semanas da eleição Trump fez um discurso em Miami para a Associação dos Veteranos

²⁹ Parte do pronunciamento foi “[...] uma vergonhosa acomodação às demandas dos tiranos”, fonte: <https://diariodasnaoes.wordpress.com/2021/07/01/donald-trump-e-a-relacao-eua-cuba/>

da Baía dos Porcos (a “Brigada 2506”), conseguindo o apoio histórico do grupo. A Brigada é composta por diversos exilados cubanos que formaram o grupo para tentar derrubar Fidel Castro durante o momento da Invasão da Baía dos Porcos.

A posição do presidente era clara: reverter de vez todo o legado de Obama. Isso se deve ao fato de que, para Trump, os acordos de Obama beneficiaram apenas o governo cubano, e não sua população. Por isso, além de reverter estes acordos, também condicionou novas medidas para restaurar as liberdades individuais políticas, da seguinte maneira: libertando presos políticos e também pressionando pela mudança do regime socialista da ilha.

Os EUA vêm, ante ao sistema capitalista em que está inserido, experimentando um progressivo declínio de sua hegemonia mundial, perdendo zonas de influência e no quesito economia enquanto o gigante China se empodera ainda mais. Hegemonia, aqui, é representada pela capacidade do centro impor à periferia (demais países do sistema internacional) seu projeto de dominação cultural, política, econômica e ideológica. Diante dos novos equilíbrios de forças globais, à medida em que outros desenvolvimentos econômicos emergentes minimizam sua dependência do poderio econômico norte-americano, surge um alerta para suas condições futuras. (MOLINA, 2020)

Foi a fragilidade crescente da economia dos EUA na globalização neoliberal pós-crise de 2007 a 2008 que abriu caminho para a vitória de Trump nas eleições de 2016. Quando eleito, Trump procurou substituir o modelo imperialista norte-americano neoliberal, que visava pelo universalismo e pela hegemonia, com multilateralismo como centro da política externa do país, por uma perspectiva com viés unilateral, embasada em um capitalismo próprio de um Estado de direita com o propósito de posicionar os EUA acima do mercado mundial a fim de estabelecer uma nova ordem e controlar as decisões das organizações privadas estadunidenses. (MARTINS, 2021)

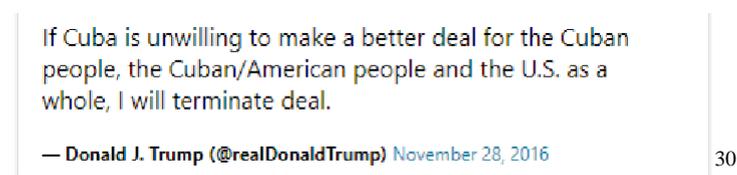
De acordo com Martins (2021), o discurso de Trump foi capaz de mobilizar setores – marcadamente compostos pelo eleitorado branco, masculino, evangélico e de baixa escolaridade – dos mais vulneráveis do capital, assim como parte do proletariado a partir da construção de um mito acerca dos valores de uma comunidade nacional (através da exaltação do patriotismo exacerbado), com ocultação de contradições de classe entre os sujeitos, proveniente da ideia de um passado mítico e glorioso de protagonismo protestante, anglo-saxão e caucasiano, em que os EUA era uma potência de renome, escolhida e “abençoada” por Deus.

Dessa maneira, a figura do inimigo foi firmada pelo imigrante, o qual disputa emprego com os estadunidenses, e pelo multiculturalismo interracial, suposto responsável por dissolver a identidade cultural e racial do país. Sendo assim, é nítido o viés racista e xenofóbico que permeou tanto sua campanha, quanto o seu governo, por conseguinte.

Santamaría (2020) corrobora que em sua candidatura, Trump foi um dos que demonstrou intenção de promover um restabelecimento das relações com Cuba, considerando abrir um de seus hotéis na ilha, afirmando que a nação possuía potencial para os investidores. No entanto, por pura conveniência, seu posicionamento foi modificado ao final de 2016, momento em que estabeleceu uma aliança com a extrema direita anti-cubana e anti-castrista. Foi a partir desse momento que o então candidato logrou seu discurso para o total extremo oposto, deferindo declarações ofensivas à Revolução Cubana e seus líderes históricos.

Segue abaixo um *tweet* que Trump fala sobre a relação dos EUA com Cuba, antes mesmo de ser eleito para o cargo de presidente:

Figura 4 – Tweet de Donald Trump



Fonte: Intelligencer New York Magazi

De acordo com a figura acima podemos analisar que Trump é hostil com a ilha mesmo antes de ser eleito, tentando conquistar votos de grupos anticastristas e se opor a política externa destinada a Cuba pautada por Obama (democrata).

É importante ressaltar que a diplomacia estadunidense em direção a Cuba não mais estava sendo feita por negociações em encontros e sim pelo Twitter, rede social que o presidente costumava usar muito antes de ser banido.

No mês de junho de 2017, em uma audiência majoritariamente cubano–estadunidense realizada em Miami, Trump anunciou sua nova política acerca das relações com Cuba. Garantiu que reverteria a abertura dos Estados Unidos a Cuba, a não ser que fossem produzidas

³⁰ Em tradução livre: “se Cuba não estiver disposta a fazer um acordo melhor para o povo cubano, o povo cubano/americano e os EUA como um todo, eu rescindirei o acordo”.

liberdades religiosas e políticas no país. Segundo ele, caso ocorresse, estaria alinhado ao povo cubano na luta contra a opressão comunista que o Estado cubano exercia sob a população, disse também que as concessões realizadas através de Barack Obama são todas reversíveis, coisa que faria caso os Castro não escutassem suas demandas.

Nesse contexto, Trump firmou uma política de maior rigidez, eliminando o comércio com empresas cubanas das Forças Armadas de Cuba e, além de restringir viagens individuais ou para finalidades acadêmicas, manteve o embargo comercial e financeiro (que era uma reivindicação antiga da ilha para que fosse cancelado, e foi tema das negociações com Obama) ao país e, de acordo com Serbin (2019) e Santamaria (2020) responsabilizou o governo cubano pelas restrições aos direitos políticos e Direitos Humanos.

Passados dois meses (Agosto de 2017), houve relatos de que diplomatas norte-americanos em Havana estavam desenvolvendo doenças misteriosas que tinham como principais sintomas tontura, dores de cabeça e dificuldades com equilíbrio do corpo, esses sintomas evoluíram para perdas auditivas e problemas cognitivos, consequências causadas supostamente por uma “arma sônica” (que são empregadas para ferir, incapacitar e até mesmo matar usando ondas sonoras como instrumento) instaurada pelo governo cubano na residência dos diplomatas estadunidenses, afetando tardiamente também 14 canadenses.

Foram esses relatos que deram a Trump um subterfúgio a mais para pôr em ação suas promessas de campanha que seguiam a lógica de endurecimento das relações com Cuba. As medidas de bloqueio ao turismo e investimentos norte-americanos crescentes na ilha entraram em vigor logo em novembro e a equipe da embaixada, situada em Havana, foi reduzida em mais da metade de funcionários, com Trump ordenando um corte equivalente na embaixada cubana em Washington (HUDDLESTON, 2017).

Sabendo da dependência das importações que Cuba possui a fim de sustentar o sistema energético do país, o governo estadunidense entre junho de 2017 e janeiro de 2021, empreendeu numerosas ações para prover obstáculos à chegada de petróleo por meio de sanções destinadas às companhias envolvidas no transporte do combustível até a ilha. Por exemplo, pode-se citar a empresa petrolífera italiana PB Tankers SPA, a qual foi pressionada pelo governo estadunidense a não transportar petróleo de Venezuela a Cuba, prejudicando o funcionamento do cotidiano e da economia cubana. Assim, os esforços foram não só para prejudicar o

abastecimento da ilha, mas também trazer danos ao principal aliado na região. Logo após a suspensão da referida empresa aos embarques à Cuba, as sanções foram retiradas.

O setor que mais traz ganhos à economia cubana é a exportação de serviços profissionais para outros países: médicos, enfermeiros e professores começam a trabalhar em outros países, na Venezuela por exemplo essa movimentação se deu através de um tratado, Cuba exportava serviços profissionais para Venezuela, que queria desenvolver seus programas sociais (educação, saúde, cultura, esportes entre outros) e Cuba se recuperava economicamente através das grandes quantidades de petróleo vindas da Venezuela. Além disso Cuba pode se aproximar da comunidade latino-americana, e o acordo com a Venezuela foi crucial para encolher o isolamento cubano. (ARCE et al., 2014)

O setor mais dinâmico da economia cubana é o turismo, que representa uma alternativa para a economia sob o embargo estadunidense atraindo investimentos estrangeiros no país que geram empregos, movimentam o comércio e a prestação de serviços tem enorme importância para a vida dos cubanos. O turismo é a terceira fonte mais importante da economia cubana, segundo autores como Carmelo Mesa-Lago (2019). “El turismo tiene el mejor desempeño económico y es la tercera fuente de divisas; los visitantes subieron 117% en 2007-2017, especialmente desde 2015 por la normalización de relaciones entre EEUU y Cuba.” (MESA-LAGO, 2019, p. 17).

Este setor também foi afetado pelas medidas implementadas por Donald Trump, sendo um alvo recorrente de ataques durante seu governo. Apesar disto, os ataques de Trump não foram o único motivo para que as viagens fossem afetadas, elas foram influenciadas também pelo furacão Irma, que causou danos equivalentes a 9% do PIB, deixando um grande rastro de destruição nas instalações cubanas. Retomando as medidas de Trump: foram proibidas viagens de estadunidenses a Cuba mas, apesar das diligências implementadas em 2017 acerca dessas viagens, elas continuavam ocorrendo, principalmente através de cruzeiros, em que as pessoas não precisavam se hospedar.

Os turistas foram deixando de chegar de avião para passear pela ilha através de cruzeiro e durante o primeiro semestre de 2019 os visitantes tiveram uma diminuição considerável em seu poder de compra quando em Cuba, devido à desvalorização do euro e do dólar canadense. Isso também afetou o país caribenho em relação a sua capacidade de compra quando necessitava usar essas moedas para pagamento. Vale ressaltar também a criação da Lista de Hospedagem

Proibida em Cuba, que incluiu 422 hotéis e casas de aluguel e constitui um enorme desincentivo a essas viagens.

É preciso observar que existe uma importância muito grande na economia mundial, que influencia diretamente a economia cubana. Isso se deve porque a ilha possui economia aberta ao exterior, o país mantém intercâmbio comercial com mais de 170 países. Portanto, tudo que gera incerteza e efeitos negativos no que diz respeito ao financiamento e investimento estrangeiro também afeta a economia cubana.

Em 2014, após a aproximação ter sido anunciada, o programa “people to people” havia aumentado muito os números de viagens de estudo e culturais para Cuba e também o contato com o povo cubano. Mais tarde, em meados de 2019 as sanções de Trump proibiram as viagens culturais em grupo através de cruzeiros, iates e aviões corporativos, sufocando mais um dos importantes setores da economia cubana (RODRÍGUEZ, 2021). Esta nova restrição coloca em contraponto os EUA de Trump com as medidas de Obama, que aumentaram o turismo de americanos para Cuba exponencialmente³¹.

A partir das sanções impostas pelos regulamentos do bloqueio, prejuízos consideráveis à economia da ilha foram vistos. Esses prejuízos são em razão do efeito intimidatório que as sanções exercem sobre a comunidade empresarial internacional, ou seja, países terceiros. O setor bancário financeiro foi muito afetado, as principais causas abaladas foram: a proibição de transferências de fundos em dólares americanos ou outras moedas livremente convertíveis; o cancelamento de contas de embaixadas e empresas com interesses cubanos no exterior; bem como de serviços financeiros para empresas relacionados de qualquer maneira com Cuba; e por último a rejeição da concessão de facilidades de crédito ou o tratamento de cartas de crédito.

Outro setor também afetado pelas medidas de Trump foram as remessas de divisa. A decisão de limitar o montante das remessas à apenas 1.000 dólares por trimestre, além da suspensão das remessas não familiares e a proibição das remessas de terceiros países (outros) através do banco Western Union, impuseram maiores dificuldades à renda de muitos cubanos.

³¹ De lá para cá o número de turistas norte-americanos em Cuba aumentou exponencialmente: 50% em 2016 e 150% em 2017, segundo dados do Ministério do Turismo cubano. Informação trazida do Site Brasil de Fato. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2019/06/04/em-nova-restricao-eua-proibem-norte-americanos-de-viajarem-em-grupo-a-cuba>. Acesso em Maio de 2022.

A impossibilidade de processamento das remessas pelas empresas Fincimex e AIS eliminou também os principais canais formais de realização dos embarques.

Sobre a área de comércio é importante ressaltar que um dos objetivos dos EUA de Trump foi restringir um dos principais itens exportáveis pertencentes a Cuba, foi proibida a importação para os EUA de rum e tabaco cubanos. Estes dois produtos são muito importantes quando se trata do comércio internacional cubano. Neste “clima” os efeitos da atividade comercial do país caíram consideravelmente, instaurando um ar de incerteza no meio comercial/empresarial.

Semanas antes de deixar o mandato, na primeira semana de Janeiro, o presidente ampliou ³² as sanções destinadas a Cuba. Após perceber sua derrota nas eleições, principalmente, Trump empreendeu uma corrida para deixar obstáculos ao democrata Biden, o novo presidente eleito. Assim, suas numerosas sanções tornam proibido o alojamento de estadunidenses em hotéis de origem estatal (que são a maioria em Cuba), mais de 400 agências da organização Western Union foram fechadas, dificultando o envio de remessas financeiras à ilha. O Banco Financeiro Internacional, um dos mais importantes em Cuba, também sofreu sanções de Washington. Além disso, a ilha foi incluída na lista de países patrocinadores do terrorismo, que na conjuntura atual, é integrada por Coreia do Norte, Irã e Síria. Esta foi considerada também, à época, uma manobra eleitoral para aproximar a população estadunidense-cubana da Flórida que é anti-castrista. A Flórida é um *swing state*, um estado que sempre é decisivo nas eleições estadunidenses e o voto latino é muito importante e pode decidir eleições.

Abaixo segue uma relação das medidas de Donald Trump contra Cuba durante todo seu governo, esta relação foi feita pelo Ministério de Relações Exteriores de Cuba, o MinRex:

Tabela 1 – Relação de medidas de Trump contra Cuba

Ano	Total	Bloqueio	Extraterritorial	Outras³³
------------	--------------	-----------------	-------------------------	----------------------------

³² Fonte: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-02/donald-trump-amplia-sancoes-a-cuba-antes-de-deixar-a-presidencia-dos-eua.html>

³³ Fonte: Ministério de Relações Exteriores de Cuba. Disponível em <https://cubaminrex.cu/es/node/4048>. Acesso em Maio de 2022.

2017	50	9	37	4
2018	44	5	39	0
2019	86	44	31	11
2020	55	21	28	6
2021	7	4	1	2
2022	242	83	136	23

Fonte: Ministério de Relações Exteriores de Cuba.

As primeiras ideias do presidente Trump em relação às ações dos EUA contra Cuba incluíam medidas como o rompimento completo dos laços diplomáticos e a (re)inclusão na lista de países que patrocinavam o terrorismo. De acordo com o jornal americano *The Hill*³⁴, durante uma reunião de alto nível do Conselho de Segurança Nacional, ainda em 2017, as autoridades consideraram a possibilidade de emitir um ultimato “tudo ou nada” ao governo cubano.

De acordo com o documento “se as mudanças não fossem adotadas dentro de um prazo determinado, os Estados Unidos retornariam à sua política da época da Guerra Fria sobre Cuba, eliminando a histórica reaproximação de Obama” (GONZÁLEZ SANTAMARÍA, 2020 p. 45)

Em abril de 2019, o secretário de Estado dos EUA fez o anúncio de que o governo de Trump não iria mais suspender o Título III da lei, devendo, a partir daquele momento, ser implementado de forma integral. O texto impõe responsabilidade a qualquer pessoa, seja física ou jurídica, que traficar bens que foram confiscados pelo governo cubano a partir de 1 de janeiro de 1959. Fowler (2019) diz que tal diligência traz consequências significativas à economia da ilha, prejudicando ainda mais as relações comerciais cubanas. É sobre este anúncio que discorreremos na próxima seção.

3.2 - Os impactos da Lei Helms-Burton

Entre as medidas mais agressivas implementadas por Trump, como descreve o site *The National Law Review* e também relatada pelo site do Ministério de Relações Exteriores cubano

³⁴ <https://thehill.com/>

(MinRex), foi o encerramento da suspensão da Lei Helms-Burton. Trata-se de uma lei cuja finalidade é proteger os cidadãos dos Estados Unidos contra o confisco e o tráfico ilícito de bens confiscados pelo regime de Castro” (FOWLER, 2019, [n.p.])³⁵

A Lei de 1996 endureceu a relação entre os dois países, internacionalizando as normas jurídicas e ampliando ainda mais o bloqueio, chamado de “embargo total” de 1962. Formalmente é chamada de Lei de Liberdade e Solidariedade Democrática com Cuba, esta lei impede que o presidente americano mude as normas do embargo ou elimine o mesmo através de decreto, ou seja, essas prerrogativas são exclusivamente destinadas ao Congresso.

É relevante lembrar que do ponto de vista legal, a Lei Helms-Burton ultrapassa o território de jurisdição estadunidense. Esse tipo de ação faz parte dos valores imperialistas que os EUA cultivavam e cultivam até hoje. Alguns autores expressam, no livro de Ayerbe (2004) suas opiniões contrárias ao bloqueio e todas as leis que surgiram para intimidar os cubanos de serem livres do imperialismo, segue a opinião de Fernández Tábío (2003, p. 52) sobre a política externa dos EUA voltada para Cuba naquele momento histórico:

As sanções econômicas têm conseguido fortalecer a unidade nacional da sociedade cubana, em lugar de fragmentá-la e quebrar seu sistema político e social. Estimular um desenvolvimento econômico mais diversificado e independente, que promove uma maior autossustentabilidade e autossuficiência ... Estabelecer uma situação internacional de mercado confusa, que aumenta progressivamente os custos de todas as partes e retarda o desenvolvimento das suas relações com toda a sub-região.

Neste ponto de vista, a lei Helms-Burton, conhecida assim pelo nome de seus criadores republicanos Jesse Helms e Dan Burton, ajuda a economia cubana a se tornar independente de outras grandes economias, e assim não ficar à deriva do capitalismo. Apesar disto, a lei em questão estatui que a Casa Branca vote contra a entrada de Cuba em organismos financeiros multilaterais, o que priva a economia comunista da ilha de importantes fontes de créditos e de angariar aliados. Além do que foi dito, a lei decreta que está suspensa ajuda a qualquer nação que coopere com Havana no sentido de terminar a construção da usina nuclear de Cienfuegos.

A lei indica que o presidente estadunidense desenvolva um plano de assistência para o povo cubano e para um governo “democrático” em caso de transição do regime socialista para

³⁵ Fonte: National Law Review. Disponível em <https://www.natlawreview.com/article/trump-ends-suspension-helms-burton-act>

a democracia social-burguesa na ilha. Também proíbe que países terceiros vendam aos EUA produtos com componentes cubanos, o que prejudica demais a exportação do níquel, que é o principal produto exportado pela ilha, prejudica também a venda a Cuba de produtos com componentes americanos, o que dificulta a atividade econômica no país, afetando principalmente as áreas industrial e petroleira.

O Título III da Lei é de extrema importância, a execução do mesmo é adiada a cada seis meses pelos presidentes estadunidenses por conta da forte resistência internacional, este título prevê sanções às pessoas ou companhias de países terceiros que transitem por propriedades americanas que uma vez foram tomadas pelo Estado cubano. A essas mesmas pessoas não é permitido visto de entrada nos EUA. Alguns críticos acreditam que esta lei passará pela história como um dos piores movimentos dos EUA, um dos momentos estelares que a América Latina passou. O confronto tem vários aspectos problemáticos e um deles é que esta lei tem caráter extraterritorial, retroativo e unilateral, contrariando os princípios do direito internacional. O sistema norte-americano extrapolou seus limites, obrigando um Poder Executivo dobrar-se diante de caprichos imperialistas demasiados.

Do ponto de vista dos EUA explicita-se uma postura imperial imune à argumentos jurídicos e razoavelmente éticos que a maioria dos países levanta. Acredita-se também que estes movimentos de “punição” a Cuba são pequenas entranhas e resquícios do pós Guerra-Fria, e que são, portanto, lamentáveis. Não obstante a Lei Helms-Burton, a Emenda Torricelli em 1992 acrescentou novas restrições, proibindo transações de Cuba com empresas subsidiárias de consórcios americanos em países terceiros, proíbe também que os barcos que passam pelos portos cubanos realizam transações comerciais nos EUA e autoriza o presidente estadunidense a aplicar sanções contra os governos que promovem assistência a ilha. A questão com Cuba tende a transformar-se num assunto de política interna dos EUA, inclusive usado como promessa de campanha por Trump e outros candidatos.

3.3 - O final do mandato Trump: a inclusão de Cuba na lista de países “patrocinadores” do terrorismo

Foi em 11 de janeiro de 2021, quando Trump estava concluindo seu mandato como presidente, que ele adicionou Cuba a lista de Estados patrocinadores do terrorismo internacional. Cuba havia saído da lista em 2015, da qual estava desde 1982, graças ao processo

de reconciliação das relações bilaterais entre os dois países empreendida pelo ex-presidente Barack Obama. Segundo a BBC³⁶, a lista inclui, além de Cuba, Coreia do Norte, Irã e Síria.

Para os EUA, "Cuba mantém laços estreitos e colaborativos com os patrocinadores do terrorismo designados, como o Irã e a Coreia do Norte", segundo indica o relatório intitulado "Relatórios Nacionais sobre Terrorismo 2020". Em declaração recente, o chanceler cubano, Bruno Rodríguez, citou o presidente Miguel Díaz Canel, sobre a Cúpula ALBA-TCP em Havana. Veja a citação a seguir:

“Estamos testemunhando (...) uma luta aberta pela hegemonia na qual os EUA pretendem suplantar o trabalho das organizações internacionais. Já não é suficiente para eles se estabelecerem como juízes globais, elaborando listas e classificações sobre graus de liberdade, democracia e direitos humanos”, disse ele (Voz da América, 2021).

A presença nessa lista significa que os Estados Unidos proíbem esses países de exportar ou vender armas, restringe a assistência econômica e também controla certas exportações que influenciaram no aumento das suas capacidades militares. Os países que estão na lista ainda são impedidos de acessar empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de outras instituições globais.

Além disso, a presença infundada do país na lista agrava o bloqueio econômico e implicou nas operações comerciais para adquirir insumos, equipamentos e medicamentos necessários para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 (HERNÁNDEZ, 2021).

Os desdobramentos da volta de Cuba para a lista de países “patrocinadores” do terrorismo podem ser entendidos através da FSIA e seu impacto nas relações dos EUA com Cuba. A FSIA é uma lei específica dos Estados Unidos sobre as imunidades dos Estados estrangeiros e está diretamente ligada às noções de soberania do direito internacional. Essa lei estabelece que os Estados, governos e organismos estrangeiros estão imunes diante das demandas apresentadas em cortes estadunidenses. Existem limites aos Estados para exercerem suas jurisdições entre si. Ou seja, os tribunais norte-americanos não podem conhecer processos sobre atos soberanos de um Estado estrangeiro. Porém, existem exceções como, por exemplo, os casos que se referem a atos de terrorismo patrocinados por Estados (FERNÁNDEZ; GRANDA, 2020).

³⁶ <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-55626048>

Essa exceção foi uma medida que ampliou à lei de imunidade a partir da promulgação da Lei Antiterrorista e da Pena de Morte Efetiva dos Estados Unidos e tinha como objetivo fundamental proporcionar uma ferramenta que pudesse exigir a responsabilidade dos chamados Estados “terroristas” por supostos atos dessa natureza que causaram algum dano a cidadãos norte-americanos. Essa exceção da lei para atos terroristas se aplica apenas se o Estado estrangeiro tiver sido designado como patrocinador do terrorismo no momento ou como resultado do seu ato e se estende tanto ao Estado como a qualquer um de seus funcionários ou agentes (FERNÁNDEZ; GRANDA, 2020).

Em 1982, quando a República de Cuba entrou pela primeira vez para a lista dos patrocinadores do terrorismo, a justificativa foi o seu suposto apoio a movimentos e grupos armados na América Latina e Caribe, porém, esses processos contra Cuba com base em eventos ocorridos em território norte-americano não se qualificam sob a FSIA como atos de terrorismo que permitem a exclusão da imunidade do Estado (FERNÁNDEZ; GRANDA, 2020).

O que se pode perceber analisando esse e outros casos é que existem outras motivações para os EUA incluírem Cuba na lista de países “patrocinadores” de terrorismo visto que os fatos que deram origem às demandas não fazem parte daqueles que motivaram a inclusão da ilha à tal lista. Portanto, a exceção relativa ao terrorismo da FSIA é inaplicável a estes, dada a ausência desta condição exigida pela própria norma (FERNÁNDEZ; GRANDA, 2020, p. 11).

Segundo matéria da BBC³⁷, como justificativa legal para a (re)inclusão de Cuba à lista, os Estados Unidos argumentam que a ilha se recusa a extraditar membros do Exército de Libertação Nacional da Colômbia (ELN)³⁸ em decorrência ao ataque a bomba em janeiro de 2019 em Bogotá que deixou 22 vítimas. Cuba não tomou tal decisão devido ao seu papel de mediador nas negociações de paz entre o ELN e o governo colombiano. Além disso, o governo norte-americano destacou que Cuba tem sido há anos o santuário de fugitivos dos Estados Unidos e também pontuou a respeito da aliança entre o país e a Venezuela. Para a ilha, a volta à lista significa o aprofundamento dos embargos econômicos vigentes desde a década de 1960 (BBC, 2021).

³⁷ <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-55626048>

³⁸ O ELN é o Exército de Libertação Nacional da Colômbia, um grupo que atua como organização guerrilheira colombiana com ideologia comunista e caráter político-militar e inspirado diretamente pela Revolução Cubana.

Logo após o atentado à escola de cadetes de Bogotá, o presidente e o ministro das Relações Exteriores de Cuba expressaram suas imediatas condolências ao governo e ao povo colombiano e condenou todos os atos e práticas terroristas. Após esse fato, o governo colombiano tomou medidas políticas e legais contra a delegação de paz e decidiu ignorar o Protocolo de Ruptura³⁹, porém o governo cubano ainda sustenta a aplicação do Protocolo, posição que é amplamente apoiada pela comunidade internacional (MINREX CUBA, 2020).

Diante desse fato, a volta de Cuba a lista de países que supostamente não cooperam plenamente com os esforços dos EUA contra o terrorismo também causou impacto nas relações com a Colômbia. No mesmo dia da inclusão, o Alto Comissário para a Paz do governo colombiano, Sr. Miguel Ceballos Arévalo declarou publicamente, apesar de criticado por alguns setores na colombianos, que a decisão do Departamento de Estado de incluir a ilha foi um "retorno" ao governo da Colômbia e seu "pedido insistente" para que Cuba entregasse os membros da delegação de paz do ELN (MINREX CUBA, 2020, p. 172).

Essa conduta da Colômbia acabou facilitando os argumentos dos EUA contra a nação cubana. De todo modo, ainda é uma acusação infundada, visto que Cuba vinha colaborando bilateralmente com os Estados Unidos na luta contra o terrorismo (MINREX CUBA, 2020). Diante disso, é perceptível que o tratamento em relação a República de Cuba é imparcial e diferenciado sendo muito mais severo em relação ao resto dos Estados. Além disso, a autodeterminação e o dever de não intervenção nos assuntos internos dos Estados, previsto no Direito Internacional, também é violado pelos EUA, pois Cuba, como Estado soberano, tem o direito de escolher seu sistema político, social, econômico e cultural.

As agressões mais incisivas dos EUA à ilha já vinham acontecendo em 2019 e 2020. Para González Santamaría (2020), a inclusão de Cuba na lista de países que os norte-americanos consideram não cooperar na luta contra o terrorismo ocorreu sob o pretexto do país não contribuir para a paz na Colômbia, como citado acima. Os EUA também tentaram paralisar a importação de produtos estratégicos, especialmente petróleo da Venezuela, impuseram limites ao envio de remessas, interrompeu a chegada de navios de cruzeiro e voos às províncias de Cuba, entre outras medidas que tiveram forte impacto na economia cubana (GONZÁLEZ

³⁹ O Protocolo de Ruptura foi assinado no marco das negociações de paz entre o Governo da Colômbia, o ELN e os países Garantidores, em 5 de abril de 2016. Ele estabelece o retorno seguro da delegação guerrilheira à Colômbia em caso de rompimento do diálogo (Revista Política Internacional, 2020, p. 172)

SANTAMARÍA, 2020). Além disso, foi rude e ofensivo ao se referir ao falecimento de Fidel Castro em 2016 e também proibiu todas as formas de transação para empresas americanas com entidades vinculadas ao regime (WITKOWSKI, 2021).

Em resposta a atitude de Trump, o Ministério das Relações Exteriores Cubano manifestou a sua indignação com a inclusão de Cuba a lista de países que não cooperam plenamente com os EUA contra o Terrorismo. Para o MINREX cubano foi uma atitude caluniosa e arbitrária sem fundamento, autoridade ou respaldo internacional. Essa decisão, para eles, apenas serve para propósitos de difamação e coerção contra países que se negam a acatar as vontades do governo estadunidense. Em sua defesa, o governo cubano reforça que o país tem em sua constituição o compromisso contra qualquer forma de terrorismo (MINREX CUBA, 2020).

É válido destacar que Cuba já foi vítima de numerosos atos terroristas organizados, financiados e executados a partir do território dos Estados Unidos.

Em 30 de abril de 2020, nossa Embaixada nos Estados Unidos foi alvo de um ataque terrorista. Desde então, o governo dos Estados Unidos manteve um silêncio cúmplice, sem condenar ou mesmo rejeitar o ato, e se absteve de tomar qualquer medida contra indivíduos e grupos terroristas baseados em território estadunidense que incitem à violência contra Cuba e suas instituições (Consejo Editorial Revista Política Internacional, 2020, p. 173).

A comunidade internacional por sua vez, condena a inclusão de Cuba na lista. Se manifestaram em apoio a ilha o secretário executivo da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Acordo de Comércio com os Povos (ALBA-TCP), Sacha Llorenti, que qualificou a decisão de Washington de arbitrária. Também o porta-voz do ministério das Relações Exteriores da China, Zhao Lijian que declarou se opor firmemente à repressão política dos Estados Unidos e às sanções econômicas contra Cuba. Assim como Venezuela e Rússia e vários membros do Parlamento Europeu, como por exemplo, Javier Moreno Sánchez (GRANMA, 2021).

Essa decisão arbitrária dos EUA de inclusão de Cuba na lista justifica a hostilidade do governo estadunidense em relação à ilha. As medidas unilaterais de coerção e bloqueio econômico deterioram o padrão de vida da população e limita os fluxos financeiros do país dificultando o seu crescimento econômico. Também prejudica os processos de produção e os serviços sociais. Essa nova lista dos EUA inclui Nicarágua, Venezuela e China, e é completada por Afeganistão, Argélia, Mianmar, Comores, Eritreia, Guiné-Bissau, Irã, República Popular

Democrática da Coreia do Norte, Malásia, Rússia, Sudão do Sul, Síria e Turcomenistão (GRANMA, 2021).

Sendo assim, Donald Trump pautou sua administração em uma atuação global mais unilateral e em uma política externa e de seguridade mais agressiva, com grande destinação de fundos para o Departamento de Defesa e de Seguridade Interna, frequentemente manifestas pelo uso da força para dissuasão de inimigos e aliados para alcançar seus objetivos de acordo com interesses geopolíticos, geoeconômicos e ideológicos.

Em suma, fica evidente que os Estados Unidos tratam Cuba de maneira imparcial e muito mais severa do que outros países. A volta do país à lista não possui embasamento nem nas próprias leis norte-americanas e demonstra uma implicância muito mais profunda dos EUA em relação a Cuba. Essa decisão arbitrária, juntamente com as constantes sanções e os embargos comerciais e financeiros sobre o país, trouxeram ainda mais consequências sobre a economia, o comércio e o povo cubano e aprofundou a crise econômica do país.

O balanço das relações no governo Trump é de total regressão para com as políticas de Obama. É preciso um presidente democrata e comprometido com a pauta de reaproximação com Cuba para que o cenário mude. Acredito que Biden reverte algumas políticas do governo Trump, com o argumento já usado anteriormente de apoio ao povo cubano, cumprindo o que prometeu durante a campanha de 2020. Apesar disto não acredito que a reaproximação por parte dos dois países se assemelhará a promovida por Barack Obama em seu governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema desta monografia veio inspirado pela pesquisa de Iniciação Científica que realizei com o professor Marcos Antonio da Silva. Procurei desenvolver o argumento central do trabalho trazendo a conjuntura histórica de relação dos dois países, a aproximação marcante durante o governo Obama e o abrupto rompimento do progresso que havia sido feito sob a administração de Obama, por Donald Trump.

No primeiro capítulo faço um mergulho na história e revisito as relações de Cuba e EUA perpassando toda a época da dependência, Revolução Cubana e Guerra Fria, assim como o pós Guerra Fria.

Já no segundo capítulo analiso o que chamo de a Era Obama, em que detalho as ações bilaterais para a reaproximação ocorrer da melhor forma, e analiso as limitações desta reaproximação. Percorro a retomada de laços diplomáticos a limitação de normalização das relações por conta da lógica e do bloqueio em si.

No terceiro capítulo passo pelo governo de Donald Trump, em que reflexiono sobre as promessas de campanha de Trump, suas principais medidas no início, analiso os impactos da Lei Helms- Burton e pondero sobre a inclusão de Cuba na lista de países “patrocinadores” do terrorismo.

Foi possível observar, diante dos três capítulos deste trabalho, que a relação de Cuba e EUA começa a ser delineada no processo colonial cubano. A partir da ingerência dos EUA na independência da ilha os EUA decepcionam os cubanos e os revolucionários em suas expectativas de construção de uma nação soberana e autônoma, e instauram uma relação neocolonial de muita dependência e subserviência econômica, e não só, mas também política.

É neste contexto que a Revolução Cubana surge, de caráter nacionalista e socialista, tenta libertar Cuba das amarras históricas da dominação imperialista e de toda ingerência em seus processos políticos enquanto país soberano. A Revolução visa construir um desenvolvimento autônomo da ilha, fugindo da submissão aos interesses estadunidenses.

Cuba anuncia então que a Revolução seria guiada pelos princípios socialistas, em que os revolucionários acharam a resposta de suas agonias. Depois disso, a ilha passa a associar-se com o bloco soviético em plena Guerra Fria. A transformação de Cuba em um país socialista

significou, para os EUA, uma ameaça a sua hegemonia e uma declaração de oposição extrema e direta ao país dentro do continente americano. Isso fez com que as retaliações e repressões por parte dos EUA explodissem, o objetivo do país era destruir o governo de Fidel Castro, que representava uma ameaça iminente de influenciar os outros países ao comunismo.

Entre Cuba e URSS a relação foi de subserviência, apesar disto ao longo do tempo desenvolveu-se uma relação de dependência econômica por parte de Cuba para com a URSS, que também foi efeito do bloqueio comercial dos EUA.

Com a dissolução da União Soviética em 1991, Cuba entrou em uma grave crise econômica e humanitária, era o fim da Guerra Fria, mas o país estava com a economia instável, apesar de soberano. Estes fatos levaram o governo cubano a se reorientar no que tange a sua economia, dando abertura a formas capitalistas de produção e acumulação, sem perder o horizonte socialista e as conquistas da revolução. Enquanto isso, os EUA fortaleceram o bloqueio econômico com o velho objetivo de sempre: desestruturar o governo cubano.

Portanto as relações entre Cuba e EUA são de tentativa de dominação por parte dos EUA, se apoiando no capitalismo e no imperialismo violento, tentando aprofundar a condição de subdesenvolvimento cubano. Apesar do subdesenvolvimento ser persistente em várias esferas da economia cubana ele ainda é relativo, Cuba possui um dos melhores IDH (índice de desenvolvimento humano) do mundo todo, é fato que Cuba também domina tecnologias notáveis na área da saúde, da educação e da biotecnologia, esse domínio nessas áreas situa o país entre um dos mais desenvolvidos do mundo.

Mesmo após as reformas econômicas feitas por Cuba o país continuou a não permitir ingerência estadunidense em seus assuntos domésticos, em outras palavras, a ilha manteve uma forte resistência contra as intervenções de Washington. Essas intervenções se davam por pressões políticas, econômicas e militares de maneira ofensiva, de modo a querer forçar sob Cuba uma mudança de regime da ilha. A tentativa de que Cuba deixe de ser socialista é um esforço que perpassa todos os governos americanos.

Nas décadas de 60, 70 e 80 (ou seja, no pós Revolução) as relações com os EUA estavam rompidas de forma abrupta. A única política externa dos EUA para Cuba era definida pelo bloqueio e dependia de como cada presidente trataria aquela política, o veto final seria do Congresso, que poderia dismantelar o bloqueio enquanto política, mas isso não foi feito.

Durante o governo Obama as relações foram descongeladas, mas essa realidade veio com o segundo governo do presidente democrata, com maior atuação nos últimos dois anos de seu mandato. Apesar de ter sido um evento histórico, com a abertura da embaixada estadunidense em Havana, as negociações aconteceram a passos lentos e de forma gradual, para que o descongelamento fosse tido como uma reaproximação efetiva, ainda havia muita coisa a se avançar, tanto reivindicações cubanas quanto americanas.

A reaproximação dos EUA com a ilha dependia também de fatores externos, porque era uma estratégia que englobava uma arremetida global e regional dos EUA como país, em que afirmava sua hegemonia não-compartilhada nas Américas, agora com governos de centro-esquerda e alianças latino-americanas.

Durante a aproximação com Obama, como destacado no segundo capítulo, a embaixada estadunidense foi reaberta na ilha. O setor do turismo foi mais valorizado e fomentado por impedimentos que antes existiam terem sido retirados pelo então presidente Barack Obama. Além disso, Cuba foi retirada da lista de países patrocinadores do terrorismo.

Os grandes desafios foram, para satisfazer o governo dos dois países, a implementação da democracia liberal burguesa em Cuba que satisfizesse os EUA e o desmantelo da política externa do bloqueio que é de extrema hostilidade para os cubanos.

Embora Trump não tenha revertido completamente os avanços alcançados por Obama, com as relações diplomáticas sendo mantidas e as embaixadas abertas em Havana e Washington, Trump atravancou os progressos para a normalização das relações, fortaleceu ainda mais o embargo econômico e político e também tensionou as relações que estavam sendo construídas.

Trump congelou reaproximação com Cuba e restringiu viagens individuais e negócios com o regime socialista, o republicano condicionou toda a relação entre os países e qualquer novo avanço a uma abertura política na ilha. Trump decretou a proibição de empresas norte-americanas de fazer negócios com empresas da ilha que forem controladas por estatais (Forças Armadas locais). Dito isso, Trump retoma a lógica do conflito e da Guerra Fria e procura isolar o regime cubano numa asfixia econômica para forçar mudanças na ilha caribenha.

Com a entrada do democrata Joe Biden na presidência dos EUA, paira a expectativa de que as relações com Cuba sejam retomadas. As perspectivas de legado para Biden são de terra

arrasada, apesar de Trump não ter revogado todas as decisões de Obama. Biden encontrará um EUA mal relacionado com Cuba por conta dos últimos rumos de sua política externa e terá que estabelecer bases de aliança e revogar restrições trumpistas, o que será um desafio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRELO, D. **Principales limitaciones de la política de la Administración Obama hacia Cuba desde el 17 de diciembre de 2014 hasta el 20 de enero de 2017.** Revista POLÍTICA INTERNACIONAL No. 7, 2020.

ALONSO, A. **Cuba: a sociedade após meio século de mudanças, conquistas e contratempos.** Estudos Avançados. IEA-USP, 2011.

ARCE, A.; JOHNSON, G.; SILVA, M. **A política externa cubana nos anos 90: condicionantes internos e inserção internacional.** Revista Sociologia e Política, 2014. (p 31 - 49).

AYERBE, L. **A Revolução Cubana.** Fundação Editora Unesp 2004.

AYUSO, S. **Obama y Castro sellan una apuesta arriesgada pero inevitable.** CIDOB, 2014.

AYUSU, S. **Obama tenta proteger seu legado em Cuba: Presidente baixa diretriz que declara “irreversível” a normalização das relações entre os dois países.** Jornal El País, 2016.

BANDA CALLE 13. **Latinoamérica.** Álbum: Entren los que quieran, 2020.

BBC. **Protestos em Cuba: quanto o embargo americano realmente afeta a Ilha?.** 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57862474> Acesso em dezembro de 2021.

CAPELATO, M. **A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica.** História, 2003

COGGIOLA, O. **Revolução cubana: história e problemas atuais.** São Paulo: Xamã, 1998.

CONSEJO EDITORIAL. **Cuba condena el terrorismo y la manipulación política: Cuba condemns terrorism and political manipulation.** Revista Política Internacional, [S. l.], n. 7, p. 3, 2020. Disponível em: <https://rpi.isri.cu/rpi/article/view/31/94>. Acesso em junho de 2022.

DELGADO, A. **Las relaciones entre EUA y Cuba y la comunidad cubano-americana,** Revista Iberoamérica, 2015.

DOMÍNGUEZ, J. **Trump quiere negociar con La Habana. ¿Le saldrá el tiro por la culata?.** In: The New York Times, 2017.

FERNÁNDEZ, D. **Opening the Blackest of Black Boxes: Theory and Practice of Decision Making in Cuba's Foreign Policy.** Cuban Studies, 1992.

FERNANDEZ, E.; GRANDA, G. **Una mirada desde el derecho internacional público al impacto para Cuba de la regulación de la inmunidad de los Estados en Estados Unidos.** Universidad de La Habana. Cuba, 2020.

FERNÁNDEZ H.; ROMERO, F. **Un análisis crítico de las relaciones económicas internacionales cubanas durante la presidencia de Raúl Castro (2008- 2018).** Trama, Revista de Ciencias Sociales y Humanidades, Costa Rica, vol. 7, n. 2, p. 52-69, 2018. Disponível em: <https://revistas.tec.ac.cr/index.php/trama/article/view/3942>. Acesso em setembro de 2021.

FERNÁNDEZ, L. **Regreso al pasado en la política exterior de Estados Unidos hacia Cuba.** In: Revista Nuestra América, CIPI, Havana, vol. XXVIII, n. 52, 2019. Disponível em: <http://www.cipi.cu/sites/default/files/2019-12/CNA52all.pdf>. Acesso em julho de 2021.

FOWLER, G. **Trump Ends Suspension Of The Helms-Burton Act.** *National Law Review*, Hinsdale, 2019. Disponível em <https://www.natlawreview.com/article/trump-ends-suspension-helms-burton-act>. Acesso em março de 2022.

GUILLÉN, J. **Alcances e implicaciones de la entrada en vigor de los títulos III e IV de la Ley Helms-Burton.** In: Foreign Affairs LatinoAmerica, México, portada, 2019. Disponível em <http://revistafal.com/podra-trump-revertir-el-legado-de-obama-en-cuba/>. Acesso em agosto de 2021.

HALLIDAY, F. **Repensando as relações internacionais.** Imprensa: Porto Alegre, Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

HISTORY OF CUBA. **A História Cubana Começa Aqui.** Disponível em <http://www.historyofcuba.com/>. Acesso em fevereiro de 2022.

HERNÁNDEZ, J. **Rearticulación del consenso y cultura política en Estados Unidos (reflexiones e hipótesis sobre la “era Trump”.** In: CASTORENA, Cassandra; GUADÁSEGUI, M. A.; MORGENFELD, Leandro (orgs.). Estados Unidos contra el mundo: Trump e la nueva geopolítica. Buenos Aires, CLACSO, 2018.

HERNÁNDEZ, R. **¿Biden es Trump? Las orientaciones estratégicas de la administración Biden.** Revista POLÍTICA INTERNACIONAL | Volumen III Nro. 2 abril-junio de 2021.

HOBBSAWN, E. **A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, E. **Viva la revolución: a era das utopias na América Latina.** Organização: Leslie Bethell. São Paulo: Companhia das Letras, 2017

LAMRANI, S. **Conversaciones con Stéphane Witkowski: Los Estados Unidos de América siempre han considerado la isla de Cuba como suya.** OpenEdition Journals, 2021. Disponível em <https://journals.openedition.org/etudescaribeennes/22335#quotation>. Acesso em janeiro de 2022.

LÓPEZ-LEVY, A. **Cuba y el gobierno de Trump: retorno al conflicto e implicaciones para la relación triangular con Europa.** In: Análisis Carolina, Espanha, n. 8, 2019. Disponível em <https://www.fundacioncarolina.es/wp-content/uploads/2019/06/AC-8.pdf>. Acesso em agosto de 2021.

MARINHO, S. **O processo faz a normalização das relações Cuba-Estados Unidos da América: de Obama a Trump.** PT: Revista Cuadernos de Nuestra América, 2017.

MARTINS, C. **Donald trump e o projeto de um novo imperialismo estadunidense.** In: MORGENFELD, Leandro; RAMÍREZ, Mariana Aparicio (comp.). El legado de trump en un mundo en crisis. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 2021. p. 1-546.

MESA-LAGO, C. **El ‘enfriamiento’ de la economía cubana.** In: Revista Nueva Sociedad, Buenos Aires, n. 279, 2019. Disponível em <https://www.nuso.org>. Acesso em março 2022).

MOLINA, C. **Estados Unidos contra el Mundo**: Trump y la nueva geopolítica. Política Internacional, Havana, v. 8, n. 1, p. 130-138, dez. 2020.

MORGENFELD, L. **Estados Unidos-Cuba**: un giro histórico que impacta América Latina y Caribe. Revista Crítica y Emancipación (CLACSO), n. 12, jul./dic. 2014, p. 103-146. In: CASTORENA, Cassandra; GUADÁSEGUI, M. A.; MORGENFELD, Leandro (orgs.). Estados Unidos contra el mundo: Trump e la nueva geopolítica. Buenos, Aires, CLACSO, 2018.

NÉMETH, G. **La coyuntura cubana de 2019 made in Estados Unidos y sus reflejos en las relaciones políticas y económicas mundiales**. In: Revista de Política Internacional, ISRI, n. 4, 2019. Disponível em http://rpi.isri.cu/sites/default/files/2020-01/RPIDNo.4_A03_elmun.pdf. Acesso em agosto de 2021.

OBAMA, B. **Discurso no Grande Teatro Nacional**. La Habana: Jornal GRANMA. Disponível em <https://pt.granma.cu/mundo/2021-01-13/se-houvesse-uma-lista-de-paises-que-patrocinam-a-solidariedade-e-a-vida-cuba-estaria-em-primeiro-lugar>. Acesso em março de 2022.

OJITO, M. **A longa viagem de Mariel termina**. The New York Times, 2005.

PECEQUILO, C.; FORNER, C. **Os Estados Unidos e Cuba**: Uma Agenda Intermésticos. Boletim Meridiano 47 vol.16, n.147, jan.-fev. 2015,

PEREIRA, M. **Teoria Crítica e Governança Global: como compreender o papel das Organizações Internacionais?**. 3º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2011.

POMAR, W. **Cuba Revolução e Reforma**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

RODRÍGUEZ, R. **Las sanciones económicas de Estados Unidos contra Cuba en la era Trump (2017-2021)**. In: MORGENFELD, Leandro; RAMÍREZ, Mariana Aparicio (comp.). El legado de trump en un mundo en crisis. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 2021.

RODRÍGUEZ, S.; BARTUSTE, M. **Las sanciones de Estados Unidos a Cuba (2001-2020)**. Revista Política Internacional No. 8, octubre-diciembre de 2020.

ROJAS, L. **Os EUA apontam para Cuba por suas ligações com países que patrocinam o terrorismo**. Voz da América - Redação, 2021.

ROMERO, A. **La política exterior cubana y la actualización del modelo económico en un entorno cambiante**. In: Revista Pensamiento Próprio, Buenos Aires, CRIES, n. 45, vol. 22, 2017.

SADER, E. **Cuba, Chile, Nicaragua**: Socialismo na América Latina. São Paulo: Atual, 1992.

SALAZAR, L. **La política de la Revolución cubana hacia América Latina y el Caribe**: notas para una periodización. Cuadernos de Nuestra América. La Habana, vol III, N. 6, p. 137 - 180. 1986

SANTAMARÍA, C. **La política del gobierno de Donald Trump hacia Cuba**: del acercamiento a la confrontación. Política Internacional, Havana, v. 1, n. 8, p. 41-49, set. 2020.

SARAIVA, J. **História das Relações Internacionais Contemporâneas - Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**, 2ª edição. Editora Saraiva, 2003.

- SEGRERA, F. **Cuba: política exterior y revolución**. La Habana. 1988
- SERBIN, A. **Círculos concéntricos: la política exterior de Cuba en un mundo multipolar y el proceso de “actualización”**. In: AYERBE, L. F. (Org.). Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafíos hemisféricos. Barcelona; Buenos Aires: Içaria; CRIES, 2011.
- SERBIN, A. **Cuba y el proceso de actualización en la era de Trump**. Publicacion trilingue de Ciencias Sociales de America Latina y El Caribe. Jan-Jun 2017 / 2022.
- SERBIN, A; CAROLINA, F. **CUBA: una compleja transición**. Analisis Carolina, [S.L.], p. 1-12, 2019.
- SILVA, M; ARCE, A.. **As relações entre Venezuela e Cuba no governo Chávez (1999-2012): a aliança estratégica e o intercâmbio petróleo por serviços**. Revista de Geopolítica, v. 5, nº 2, p. 31-49, jul./dez. 2014.
- SILVA, M. **Cuba e a eterna Guerra Fria - Mudanças Internas e Política Externa nos Anos 90**, Editora UFGD, 2012
- TROTTA, D. **Obama, em espanhol: “Somos todos americanos”** Reportagem. Brasil 247, 2014-2018. Disponível em <https://www.brasil247.com/mundo/obama-em-espanhol-somos-todos-americanos>. Acesso em março de 2022.
- VALDÉS, J. **Cuba-EUA. Los desafíos de la normalización**. Revista Temas, La Habana, 6 abr. 2016. Disponível em <http://temas.cult.cu>. Acesso em agosto de 2020.
- VICENT, M. **Donald Trump amplia sanções a Cuba antes de deixar a presidência dos EUA**. El País, Havana, 2, Jan, 2021.
- VINHA, L. **A vitória eleitoral de Donald Trump: uma análise de disfunção institucional**. In: Revista de Sociologia e Política, UFPR, vol. 26, n. 66, 2018.